

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Naiara Regina da Silva de Assis

Pobreza no Brasil: um enfoque dos anos de 2019 a 2022

Juiz de Fora
2023

Naiara Regina da Silva de Assis

Pobreza no Brasil: um enfoque dos anos de 2019 a 2022

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Regina da Silva de Assis, Naiara.
Pobreza no Brasil: Um enfoque dos anos 2019 a 2022 / Naiara
Regina da Silva de Assis. -- 2023.
51 p. : il.

Orientadora: Alexandre Aranha Arbia
Coorientadoras: Elizete Maria Menegat, Bruno Bruziguessi Bueno
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2023.

1. Pobreza. 2. Governos brasileiros. 3. Políticas Sociais. I. Aranha Arbia, Alexandre , orient. II. Maria Menegat, Elizete , coorient. III. Bruziguessi Bueno, Bruno, coorient. IV. Título.



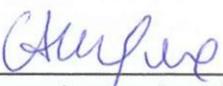
NAIARA REGINA DA SILVA ASSIS

POBREZA NO BRASIL: UM ENFOQUE DOS ANOS DE 2019 A 2022

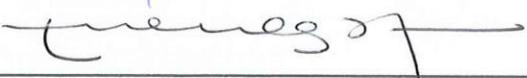
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador(a): Dr. Alexandre Aranha Arbia

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 13 de dezembro de 2023, por banca composta pelos seguintes membros:



Dr. Alexandre Aranha Arbia - Orientador



Dra. Elizete Maria Menegat



Dr. Bruno Bruziguessi Bueno

Nota: 85,0

Juiz de Fora
Janeiro de 2023

Dedico este trabalho a minha família, por ouvir, incentivar, apoiar com toda atenção e compreensão; aos meus amigos e colegas; ao meu companheiro; ao meu orientador e todos que contribuíram de qualquer forma para a conclusão e jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, meu agradecimento vai ao mestre Jesus e a Deus, que com sua infinita Bondade e Misericórdia, dado que no meio de tantos percalços para chegar neste momento, me acompanhou e deu forças para seguir e continuar com a vida e ir para além dos esforços.

Agradeço aos meus pais, minha amada mãe Natalia, que sempre me deu apoio e forças, na qual muitas não são visíveis, e por aguentar meus dias de ansiedade; e ao meu pai, José Assis, em memória, que sempre torceu muito para minha vida e carreira. Agradeço ao meu amado irmão Rafael, que acompanhou este processo e estava ao meu lado percebendo as diversas nuances que perpassam nesta fase, cheia de altos e baixos.

Agradeço a minha família por parte de mãe, que mesmo não compreendendo o processo da graduação e finalização, me apoiaram de diversas maneiras.

Agradeço a supervisora de estágio Carla Salomão, a Áurea, Ana Paula Silva, Tatiane e, sem esquecer da querida amiga Isabel, que apoiou imensamente com materiais e conversas dialéticas de contextos profundos. Obrigada a toda equipe DRSUAS/SAS/PJF que foi desmembrando, mas que estão no meu coração.

Agradeço às minhas amigas, em especial à Jacqueline, que era minha dupla neste trabalho, mas por circunstâncias de vida, seguiu a melhor atitude do mundo, seu próprio coração. Agradeço à minha querida prima Michelle Assis, que esteve comigo compreendendo e ouvindo meus desabafos; aos meus amigos e colegas que não tinha muito tempo para estarmos próximos e o apoio ocorreu ao longo da graduação.

Também estendo os agradecimentos a Fernanda, amiga e funcionária da biblioteca do Serviço Social da UFJF com seu grande amparo. Por fim, agradeço à querida amiga Luana Caiafa, que contribuiu insanamente e auxiliou na formatação e demais questões do trabalho.

É claro que não podia deixar de expressar minha profunda gratidão ao meu orientador, Alexandre Aranha Arbia, que por muitos momentos me auxiliou, ajudou e conduziu a execução deste trabalho, no qual foi de suma importância em todo o processo.

Finalizando, agradeço ao meu querido namorado, Lucas e também a sua família, que me apoiou de diversas formas na finalização do trabalho, e Lucas com seu conhecimento e aprofundamento em diversos diálogos e grande auxílio, sendo imensurável.

Agradeço a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Faculdade de Serviço Social, aos professores e todos funcionários.

Apenas gratidão a todos que participaram desta caminhada, pois nunca foi sozinha.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo descrever sobre o impacto da pobreza e da fome no período de 2019-2022, retratar essa problemática e sua administração no governo Bolsonaro, também fazendo uma análise retrospectiva dos governos da Nova República desde o período neoliberal de FHC, o período Lula-Dilma e o neodesenvolvimentismo brasileiro, e finalmente a crise da nova república novamente tendendo ao neoliberalismo com Temer e Bolsonaro e o projeto Ponte para o Futuro. E a partir dessa análise demonstrar tanto como as decisões do planalto influenciam na pobreza, quanto como que nunca houve um combate efetivo, e mudanças estruturais nas causas da pobreza e da fome. A análise abarca as políticas assistenciais, as fundamentações teóricas socioeconômicas, e expectativas que os governos tinham em relação à pobreza e como houve um recrudescimento da miséria em nosso país no período pandêmico do vírus da Covid-19. Concluindo a partir da análise que não encontraram uma saída definitiva para a pobreza em virtude, dentre outros fatores, do não enfrentamento das relações sociais e de propriedade no Brasil, fonte secular do nosso atraso e mais recentemente na falência da Nova República. Para atingir esse propósito utilizado, como procedimentos metodológicos envolvem a apreensão e discussão do objeto de estudo, a pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa, fundamentada no método materialista histórico-dialético.

Palavras-chave: Pobreza. Governos brasileiros. Políticas Sociais.

ABSTRACT

The objective of this Final Course Work (FCT) is to describe the impact of poverty and hunger in the period 2019-2022, describe this problem and its administration in the Bolsonaro government, also making a retrospective analysis of the governments of the New Republic since the neoliberal period of FHC, the Lula-Dilma period and Brazilian neo-developmentalism, and finally the crisis of the new republic again tending towards neoliberalism with Temer and Bolsonaro and the Bridge to the Future project. Based on this analysis, it demonstrates both how the decisions of the government influence poverty, and how there has never been an effective fight against it, or structural changes in the causes of poverty and hunger. The analysis covers welfare policies, socio-economic theoretical foundations, and expectations that governments had in relation to poverty and how there was an upsurge in poverty in our country during the Covid-19 virus pandemic. It concludes from the analysis that they did not find a definitive way out of poverty due, among other factors, to the failure to confront social and property relations in Brazil, a secular source of our backwardness and, more recently, the crisis of the New Republic. In order to achieve this objective, the methodological procedures used to apprehend and discuss the object of study were bibliographical and documentary research of a qualitative nature, based on the historical-dialectical materialist method.

Keywords: Poverty. Brazilian governments. Social policies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I. NOVA REPÚBLICA E POBREZA	8
1.1 O governo de Fernando Henrique Cardoso.....	8
1.2 O governo de Luiz Inácio Lula da Silva	14
1.3 O governo de Dilma Rousseff	17
1.4 O governo de Michel Temer.....	21
CAPÍTULO II. O GOVERNO BOLSONARO	24
CAPÍTULO III. POLÍTICAS PÚBLICAS (2019-2022).....	33
CAPÍTULO IV. INSEGURANÇA ALIMENTAR E CARESTIA (2019-2022).....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
BIBLIOGRAFIA	44

1 INTRODUÇÃO

O conteúdo introduzido a seguir será atravessado pelos governos anteriores do Brasil, desde o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, passando pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ex-presidente Dilma Rousseff, o ex-presidente Michel Temer, até o último governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Dessa forma, a análise dos elementos e a compreensão desses períodos econômicos e políticos permitiram a disseminação dos acordos realizados e da conjuntura estrutural nesses períodos. Aproximando-se das questões que envolviam programas e projetos para minimizar as expressões da questão social, como a pobreza e a fome, e focalizando no período demarcado de 2019 a 2022.

Para entender a pobreza, historicamente enraizada e ocorrida no país, é necessário compreender não apenas as políticas assistenciais, mas sim a somatória dos movimentos políticos e econômicos que acarretam a pobreza ou a mitigam. Desta maneira, é importante compreender a profundidade observando os processos políticos ocorridos nesse recorte de tempo, a Nova República, suas guinadas liberais e desenvolvimentistas, bem como os aspectos políticos, movimentos sociais e dinâmicas da luta de classes desde a redemocratização.

Com esse objetivo, abordaremos um panorama dos principais acontecimentos presidenciais do país, as fundamentações teóricas dominantes em cada governo, os programas assistenciais do período, bem como um apanhado de como estavam os indicadores da pobreza nos governos analisados, objeto deste estudo e que poderá ser verificado nos tópicos a seguir.

CAPÍTULO I. NOVA REPÚBLICA E POBREZA

1.1 O governo de Fernando Henrique Cardoso

Fernando Henrique Cardoso foi presidente do Brasil de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003, sendo o primeiro presidente a se reeleger na História do Brasil. Ele venceu os dois processos eleitorais contra Luiz Inácio Lula da Silva, tendo suas campanhas pautadas no Plano Real. O governo de Fernando Henrique Cardoso foi caracterizado já em seu primeiro mandato pela consolidação de políticas neoliberais no Brasil, resultando na

privatização de mais de cem empresas estatais durante seus dois mandatos (Pereira, 1996). Em 1997, FHC enviou para o Congresso a proposta de Emenda Constitucional que estabeleceria o direito à reeleição para cargos políticos executivos no Brasil.

Sobre as privatizações, pode-se considerar Pereira (1996):

A administração gerencial; a descentralização; a delegação de autoridade e de responsabilidade ao gestor público; o rígido controle sobre o contrato, além de serem modos muito mais eficientes de gerir o Estado, são recursos muito mais efetivos na luta contra as novas modalidades de privatização do Estado (Pereira, 1996, p. 11).

Ao fim do segundo mandato, o governo viveu a crise do Plano Real e com a moeda próxima ao dólar e o processo de privatizações, as exportações diminuíram. Assim, o mercado brasileiro se viu fragilizado e considerado de risco para investidores estrangeiros. No ano de 2001, ocorreu uma crise no setor energético, com baixos investimentos no setor e ausência de chuva, o que deixava o nível de água baixo nos reservatórios. O governo teve de adotar medidas para reduzir em 20% o consumo de água em todo o país (Netto, 2011).

A lógica do programa de redução da atividade das instituições financeiras públicas estaduais era fornecer aos governos dos estados quatro diferentes escolhas condicionadas a duas formas específicas de financiamento das dívidas estaduais e a adoção de medidas de modernização da administração bancária: 1) extinção da instituição; 2) transferência do controle da instituição financeira ao governo federal para privatização; 3) privatização sobre o controle do governo estadual; 4) saneamento (Neto, 2011, p. 138).

O Consenso de Washington, ocorrido em 1989 no International Institute for Economy, propunha para o país a desmobilização do Estado e medidas econômicas focalizadas, com propostas alicerçadas em políticas neoliberais que garantiam o crescimento econômico e o desenvolvimento social dos países latino-americanos.

Sendo consolidado com algumas regras, o Consenso de Washington se baseava na abertura comercial com financiamento de algumas restrições econômicas. Além disso, esse modelo propunha uma reforma econômica e tributária centrada na disciplina fiscal, e ainda na redução dos gastos públicos. Uma característica marcante do Consenso foi a privatização das estatais. Com foco no mercado, o plano visava controlar as taxas de juros e incentivar as importações entre os países.

Será considerado que em 1997 houve o advento dos primeiros programas de transferência de renda numa estratégia de conciliar o projeto de desenvolvimento social do

Governo FHC e os programas de ajuste macroeconômico (Mattei, 2019).

Na esfera do Governo Federal, o primeiro programa de transferência de renda surgiu no ano de 1997 [...], o qual procurou promover reformas profundas na política social (saúde, educação, previdência, habitação e assistência social), visando focalizar gasto público, aumentar sua eficiência, num ambiente com ajustes macroeconômicos que se opunham à expansão do gasto governamental na área social (Mattei, 2019, p. 62).

A ideia se baseava na modernização e no desenvolvimento, com foco nos países subdesenvolvidos para combater a pobreza, aumentar a modernização e impulsionar o crescimento da industrialização. A maior parte dos países apresentava muitas expressões da questão social, marcados pela forte estagnação econômica, além da elevada dívida externa e uma inflação crescente (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2003).

Fernando Henrique Cardoso considerava importantes as ideias debatidas neste Consenso, pautando-se na expansão do neoliberalismo e baseando-se na modernização e no desenvolvimento social e econômico. Essas ideias eram consideradas como uma busca por maior liberdade econômica para os países latinos.

O neoliberalismo resulta na diminuição dos direitos, no empobrecimento material e político dos trabalhadores, bem como na redução da proteção social no mercado de trabalho. Esses aspectos levam a uma crescente exploração dos trabalhadores inseridos no modo de produção capitalista.

Assim, pode-se observar que:

Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles [...] A privatização é essencialmente a transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas. Figuras entre os ativos produtivos os recursos naturais: a terra, as florestas, a água, o ar. São esses os ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa... apossar-se desses ativos e vendê-los como se fossem 24 estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara (Harvey, 2014, p. 130-133).

Desta forma, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o presidente aplicou princípios da teoria da dependência associada, da qual ele mesmo compôs, que consistia no desenvolvimento do país a partir do investimento do capital estrangeiro. Havia uma concepção de continuação da dependência econômica pelo presidente, pois para ele não

havia campo para mudanças dessa percepção, apenas adequação e talvez uma mudança de posição do Brasil na divisão internacional do trabalho (Limongi, 2012).

A teoria da dependência faz mais do que desafiar os dogmas caros ao marxismo e a sua “versão burguesa”, a teoria da modernização. Não se contentou apenas com estilhaçar o estabelecido, fez mais que isso, mostrou-se capaz de recolher os cacos que produzira e reordená-los. Não há uma rota única para o desenvolvimento. Há diferentes caminhos ou sequências. Opções, no entanto, são limitadas. Ou seja, há uns tantos caminhos possíveis e estes são determinados historicamente. Alternativas seguidas ontem limitam o conjunto de alternativas disponíveis hoje. E essas escolhas incluem os regimes políticos (Limongi, 2012, p. 5).

A teoria da dependência, para o presidente, pode ser sintetizada em três aspectos: a crítica à questão empresarial executada no país, considerada como sem solução, e a solução proposta seria a permanência da dependência econômica externa; o capitalismo da escravidão histórico estrutural. A compreensão sobre a teoria da dependência no governo pela Cepal (Comissão Econômica da América Latina) considera como teoria básica a reconfiguração das informações da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre a relação entre centro e periferia. A CEPAL tinha como intenção criar bases dentro do capitalismo, sendo a ideia fundamental o aprofundamento nos termos de troca em comparação com os produtos industrializados em relação às commodities com maior valor.

Pode-se perceber, a partir do Duarte e Gracioli, que:

O problema do desenvolvimento estava na forma como o Estado capitalista periférico alimentou um desenvolvimento concentrador e periférico, e não na conduta dos agentes internacionais, como alguns teóricos costumavam argumentar. Dessa forma, seria apenas através da organização das relações político-sociais dos grupos internos, e da articulação destes à dinâmica dos centros hegemônicos, que poder-se-ia produzir políticas que efetivamente se aproveitassem das novas oportunidades de desenvolvimento econômico (Duarte; Gracioli, 2007, p. 5).

Havia, para ele, a necessidade de mudança na estrutura produtiva, uma vez que os índices de produtividade brasileira e, conseqüentemente, competitividade no mercado internacional eram baixos. Um exemplo disso é que eram gastos muito mais com insumos para produzir as mercadorias no Brasil. Fora o crônico problema logístico no país, isso fazia com que a indústria nacional não fosse competitiva nem no mercado interno, para sequer fazer substituição das importações em um mundo crescentemente tecnológico.

Para o crescimento econômico seria necessário implantar tecnologia advinda do exterior e, logo, as divisas. Conseqüentemente, era preciso adequações ao mercado

internacional e sujeições políticas ao consenso de Washington para acessar os recursos do FMI (Fundo Monetário Internacional) (Novaes, 2008).

Para Harvey (2008), o termo neoliberalismo é compreendido como uma teoria das práticas político-econômicas que propõem que o bem-estar humano deve se assentar nas liberdades e capacidades empreendedoras individuais, com uma intervenção mínima do Estado nestes assuntos. Os direitos à propriedade privada e livres mercados são cruciais, o que cabe ao Estado garanti-los, nem que seja pela utilização do monopólio da coação física (Novaes, 2008, p. 3).

Sua teoria de desenvolvimento era balizada no aumento da produtividade ao receber investimento externo, através da adequação das relações do estado com o mercado para receber esse aporte, pois acreditava que o desenvolvimento e crescimento estavam intrinsecamente ligados ao capitalismo. Para o crescimento da produtividade, haveria anecessidade de forçar a acumulação com algum planejamento e gerenciamento realizado pelo Estado. Assim, acreditavam que ocorreria a reversão da situação do subdesenvolvimento como aumento da produção e foco na industrialização.

É importante observar, como afirma sobre a acumulação, Marx (2017) que:

A acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, à produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” [...] prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida (Marx, 2017, p. 785).

Dentro desse contexto, FHC acreditava não ter solução a divisão internacional do trabalho imposta pelos Estados Unidos, o que se podia fazer era captar investimento do exterior para algum parco desenvolvimento industrial do país e subir algumas posições nessa hierarquia produtiva, e aceitando seu lugar como produtor de commodities, no máximo alguma indústria de transformação, com montadoras já na época incipientes.

Como foi mencionado, há uma hierarquia de nações baseada na divisão internacional do trabalho, que norteia o quanto de riqueza uma nação possui mediante o grau de complexidade da parte da cadeia produtiva instalada ou no seu território nacional, ou por subsidiárias que a massa de capital se transfere para lá.

Na prática, seu governo foi fortemente guiado pelo neoliberalismo, pela privatização, pelo papel reduzido do Estado e, em segundo plano, na sociedade, e internacionalmente pelo Consenso de Washington. FHC, como vários presidentes da época, cumpriu à risca o que a nova hegemonia ditava através do FMI e outros órgãos intergovernamentais como a ALCA

(Área de Livre Comércio das Américas). Em sua obra e prática política, ele não acreditava de fato na indústria brasileira, no projeto de nação que pudesse ter um desenvolvimento autônomo, que em maior ou menor grau era executado desde Getúlio (Netto, 2011; Vigevani; Oliveira; Cintra, 2003).

Entretanto, para implementar, de modo mais contundente, a inserção do Brasil na “modernidade” eram “necessários” a abertura comercial e financeira da nação ao capital internacional, a flexibilização das leis trabalhistas, o enxugamento do Estado via privatizações, demissões voluntárias, etc. O discurso tinha como meta “o fim da era Vargas”, um evidente abandono da política desenvolvimentista-nacionalista. Para Cano (2000), tanto na campanha quanto em seu mandato, FHC teve o apoio crucial da mídia, em que o aplauso (e a omissão) predominou, e a crítica tornou-se rara (Novaes, 2008, p. 8).

O governo do ex-presidente FHC, no campo específico dos programas de assistência social, criou alguns programas como o Programa Bolsa Escola, o Programa Bolsa Alimentação, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Programa de Inclusão Social dos Deficientes.

Percebendo estes aspectos a partir de Freitas:

O lançamento do Programa Bolsa Família, fruto da unificação de programas criados durante o governo FHC (Castro et al., 2004), foi antes uma tentativa de responder ao desgaste promovido pelo imobilismo nessa área do que uma mudança efetiva. O Cadastro Único, também elaborado no governo FHC, já havia sido concebido como um instrumento para formalizar o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas de combate à pobreza. Deveria ser utilizado por todas as esferas do governo e se propunha a ir além dos programas de mera transferência de renda (Freitas, 2007, p. 7).

Para elucidar sua política assistencial, faremos uma breve descrição do mais importante deles, o programa Bolsa Escola. Criado em 2001 e precursor do Bolsa Família, era pautado no combate à evasão escolar, oferecendo incentivo financeiro às famílias para manterem as crianças na escola. Isso visava evitar o trabalho infantil e fortalecer a educação brasileira. Ao mesmo tempo, como a renda era entregue à mãe.

Dessa maneira, ocorrendo o empoderamento do papel da mulher dentro de casa, através da participação na renda, o programa era considerado crucial tanto para a educação quanto para a erradicação da pobreza extrema da grande massa. Conseguiu servir como base para a criação e incentivo de outros programas de transferência de renda que, futuramente, foram amalgamados no Bolsa Família, como mencionado anteriormente.

Podemos considerar os resultados alcançados marcados na história, como o aumento da frequência escolar de crianças e adolescentes de baixa renda, auxiliando também a melhoria no acesso à saúde primária. Isso contribuiu para a qualidade de vida, afastou algumas desigualdades e contribuiu para um país mais justo e igualitário. A política de proteção social e combate à fome e pobreza sustentaram esses projetos, representando um salto qualitativo para a dignidade humana e o afastamento das vulnerabilidades sociais engendradas.

Desta maneira considerando os fatores ocorridos neste período podemos situar para as demais particularidades dos próximos governos que realiza a continuidade com programas e projetos, e sobressaem com questões econômicas mais questionáveis e importantes de interação, com diferentes maneiras de políticas de aberturas de base democráticas e assistenciais.

1.2 O governo de Luiz Inácio Lula da Silva

Após três tentativas de candidatura para a presidência, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente em 2002, com 61,27% dos votos no segundo turno. Lula mudou o rumo da política e economia do país, produziu inflexões macroeconômicas importantes que se orientavam em direção a uma política neodesenvolvimentista do país, após décadas de neoliberalismo, para um governo neodesenvolvimentista.

Percebendo a alteração governamental no país a partir de (Figueiredo; Coutinho, 2003), na sua estrutura de composição:

O destaque conferido às estratégias de marketing político ajudou a reforçar ainda mais o papel das pesquisas nas campanhas dos principais candidatos, como já havia acontecido nas eleições presidenciais anteriores. O “marketeiro” de Lula sabia disso e, aparentemente, soube utilizar melhor este recurso para transformar seu candidato no grande vencedor. Conforme as pesquisas indicavam, a maior parte do eleitorado estava disposta a votar em um candidato que representasse uma mudança nos rumos políticos do país. Este clima de opinião favorecia os candidatos de oposição, em especial Lula, que havia mantido uma posição crítica em relação ao governo FHC durante os 8 anos desta gestão (Figueiredo; Coutinho, 2003, p. 113).

Aproveitando o boom das commodities e a estabilidade do Plano Real, foi o presidente que de fato fez alguns movimentos para “repartir o bolo”, como demonstrado no

aumento, ou seja, criou e consolidou uma série de programas sociais graças à nova bonança econômica que o Brasil vivia no período (Figueiredo; Coutinho, 2003).

Seus programas sociais tiraram o Brasil do mapa da fome e deram passos largos no enfrentamento à extrema pobreza, na qual vivia quase um terço da população. Foi considerado um marco histórico um líder vindo das massas, que passou fome na infância, subir a rampa do Planalto e levar consigo a consideração pelo povo brasileiro.

O Partido dos Trabalhadores (PT), com uma vertente progressista e democrática, executou sua plataforma de maneira veemente para a erradicação da pobreza, miséria e da fome. Os projetos e programas foram continuções e consolidação dos projetos do governo anterior de FHC, o Bolsa Família, considerado quase como uma renda básica, foi um programa referenciado até pela ONU (Oreiro, Feijó, 2010).

O governo foi marcado pelo crescimento econômico, redução da pobreza e desigualdade. Com o foco de investimentos em programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, além de programas-chave para o desenvolvimento econômico, como principalmente o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), esses programas foram fundamentais para o fortalecimento político e econômico. O Brasil saiu de 54 milhões de famintos para 11,2 milhões, e de 15º economia do mundo para 7º em inacreditáveis 8 anos (Fundação Seade, 2014). Lula saiu do governo após seu segundo mandato com 83% de taxa de aprovação, a maior taxa de aprovação de toda a república (Draibe, 2003).

Podemos destacar o Programa Bolsa Família, que substituiu o Programa Bolsa Escola e diversos outros programas com vertentes sociais, contendo como condicionante a presença escolar da criança e adolescente, e o cartão de vacina em dia. O benefício social era recebido apenas pela mãe, devido à questão da gestão financeira da família. O benefício foi criado em 2003 pelo governo Lula e destinado às famílias de baixa renda do governo Federal, com o intuito de minimizar os altos índices de pobreza e desigualdade no Brasil.

Ocorreu também a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), considerada um avanço para os assistentes sociais com diretrizes e princípios. Foi instituída por meio da Resolução no 109, de 11 de novembro de 2009, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e previamente pactuada na Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Compete com princípios e diretrizes para a assistência no país, operacionalizando e direcionando os instrumentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Com a Lei nº 8.724 de 1993 e suas ampliações sociais, formas de

fundamentalização dos direitos foram criadas para afastar as famílias em situação de vulnerabilidade social, promovendo autonomia e evitando a exclusão social.

Sobre o SUAS podendo ser considerado a partir de Freitas (2007):

Durante o governo Lula, alguns avanços ocorreram no tocante à disputa pelo dinheiro público. Em julho de 2005, foi publicada a Norma Operacional Básica, construindo as bases para a implantação do SUAS. O SUAS deve regular, em todo o território nacional, a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público, sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e articulada com iniciativas da sociedade civil (Freitas, 2007, p. 8).

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Colin; Tapajós, 2014, p. 19), afirma que os objetivos gerais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV, são:

Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e pessoas idosas, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios; promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos; oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades; favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários (Colin; Tapajós, 2014, p. 19).

A fundamentação teórica do governo petista diverge significativamente do período de neoliberalismo que vinha sendo praticado no Brasil desde a redemocratização. Na cúpula intelectual petista, desde os anos 90, estava sendo gestado o neodesenvolvimentismo, uma teoria criada pelos economistas Bresser-Pereira, José Márcio Camargo, Nelson Barbosa e Aloizio Mercadante. Essa teoria caracterizava-se por uma retomada da importância do Estado brasileiro na sociedade (Pfeifer, 2014).

Na visão adotada pelo governo Lula, o Estado era considerado um importante agente indutor do desenvolvimento, intervindo em setores-chave da economia e direcionando, por meio de grandes programas, os rumos e fluxos do capital privado. Essa política incentivava a criação de “campeãs nacionais” por meio de empréstimos do BNDES (Banco Nacional do

Desenvolvimento) e isenções, principalmente na construção civil, setor essencial para as obras de infraestrutura que ampliaram a capacidade de exportação brasileira.

Citando as exportações, essa teoria estava fortemente ancorada na exportação e, de certa forma, em um cenário conjuntural que foi o boom das commodities e o crédito barato no mercado internacional. Essa abordagem destaca a importância de incluir os mais pobres no orçamento, acreditando que a transferência de renda e as políticas assistenciais eram viabilizadas pelo aumento das exportações e pelo superávit primário do governo decorrente desse cenário, considerando concepções de justiça social (Flexor; Leite, 2017).

Podemos assim considerar que o governo considerou diversas questões dentro dos flagelos da pobreza, o país estava com diversas expressões da questão social latentes, que estavam desamparadas e com diversas defasagens foram construídas algumas formas de minimizar, mas como percebemos a erradicação total da pobreza não chegou a ser efetiva, em que o próximo governo que vamos analisar se interessou em dar continuidade em alguns projetos e programas.

1.3 O governo de Dilma Rousseff

Dilma Rousseff (PT) governou o Brasil por dois mandatos, o primeiro iniciando em 01 de janeiro de 2010, quando foi eleita no segundo turno contra o presidente do PSDB, José Serra, e o segundo mandato iniciou em 01 de janeiro de 2015, quando derrotou o também candidato do PSDB, Aécio Neves. Esse mandato durou até 31 de agosto de 2016, quando sofreu o processo de impeachment.

No primeiro governo de Dilma Vana Rousseff durante seu mandato presidencial, visou combater a pobreza por meio de instrumentos democráticos, visando a justiça social, a redução das desigualdades em várias frentes e a consolidação do desenvolvimento econômico e social. Essa abordagem democrática exigiu ações que impusessem responsabilidades em uma democracia mais ampla. Dessa forma, construiu um governo em uma conjuntura internacional favorável, aproveitando o boom das commodities. Avançou no financiamento das políticas sociais, especialmente na redistribuição de renda, enquanto aumentava o salário mínimo, reduzia o desemprego, ampliava o seguro-desemprego,

controlava a inflação e expandia o crédito. Essas ações resultaram em uma melhoria no nível de vida da classe trabalhadora.

No governo Dilma, houve a continuação da concepção de cidadão de direito praticada por Lula na administração anterior, que era incluir os mais pobres pelos programas sociais, e mais a frente, esse mesmo sujeito, empregado, pudesse acessar uma cidadania difusa através do consumo. Havia no discurso uma intenção de justiça social e inclusão de todos como cidadãos, bem como o fortalecimento da democracia, na prática, foi um governo que reprimiu várias manifestações, gestou pessimamente as respostas às Jornadas de junho e instituiu a lei antiterrorismo.

Considerava que o país não poderia aceitar o quanto produzimos de alimentos e exportamos e o quão ainda existe uma numerosa quantidade de pessoas em situação de pobreza, miséria e fome. Dessa forma, neste mandato, acreditavam que eram verdadeiramente democráticos.

Ao analisar o período de governo da presidenta Dilma com foco na erradicação da pobreza e da miséria, destaca-se a implementação do projeto Brasil Sem Miséria. O intuito era reduzir a expressão da questão social, cumprindo sua promessa de campanha. Para efetivação, tornou-se necessário o cadastro no Cadastro Único para programas sociais, realizado pelo Governo Federal no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) pelos usuários, proporcionando acesso a benefícios e políticas socioassistenciais (Miranda; Santos, 2022).

A erradicação da pobreza extrema no país era um dos principais objetivos do governo, uma questão histórica e crônica no país que nenhum governo havia logrado sucesso em erradicar. A estratégia do PT para alcançar esse objetivo, ao mesmo tempo em que se mantinha no poder por governos suficientes para amadurecer seu projeto de país, era elevar a renda das famílias mais vulneráveis por meio de programas sociais, empregabilidade e aumento real do salário mínimo. Caso erradicar a extrema pobreza, o PT acumularia imenso capital político, aumentando sua base no congresso pela popularidade nas eleições e, conseqüentemente, mantendo o partido no poder nas eleições vindouras.

Apesar dos indicadores positivos em 2013, como o Brasil saltar para a sexta maior economia do mundo e a taxa de desemprego atingir uma mínima histórica de 4,8%. A social democracia proposta pelo PT mostrou-se insuficiente para resolver as questões estruturais do país.

Em dezembro de 2014, a taxa de desocupação foi estimada em 4,3%, repetindo o percentual de dezembro de 2013 e mantendo o menor nível de toda a série histórica

da PME. Em novembro de 2014, a taxa fora de 4,8%. Já a taxa de desocupação média de janeiro a dezembro de 2014 foi estimada em 4,8% (a menor da série), contra 5,4% em 2013. Em relação a 2003 (12,4%), a redução chegou a 7,5 pontos percentuais. (Agência de Notícias IBGE, 2019, p. 1).

Os reflexos da crise estrutural do capitalismo de 2008 começaram a atingir as costas brasileiras, e, com um governador tucano em São Paulo, surgiu no estado um movimento composto majoritariamente por jovens desiludidos com o governo e a democracia proposta pela Nova República. O país já estava sentindo a ressaca dos mercados globais pós-crash da bolha imobiliária.

Segundo IBGE os dados apresentação insuficientes, conforme abaixo:

O Brasil não mede o desemprego para o país como um todo e, em geral, utilizam-se as taxas produzidas para as seis principais regiões metropolitanas do país. Esse é talvez o indicador mais revelador do sucesso dos últimos onze anos. A taxa de desemprego caiu de 12,4% da PEA, em 2003, para 4,8% em 2014, segundo a PME/IBGE (Carleial, 2015, p. 8).

Era a época das jornadas de junho de 2013. O que começou em São Paulo como um protesto de insatisfação pelo preço da passagem do metrô, que havia aumentado 0,20 centavos, logo ficou claro, como dizia o primeiro slogan do movimento, que não era só pelos 0,20 centavos. Havia uma insatisfação generalizada com os preços e a qualidade do transporte público, pauta histórica que foi responsável por diversas manifestações na história brasileira. Isso resultou em protestos pelas principais cidades do país, com a resposta violentada polícia a essas manifestações. Esse movimento tomou traços de revolta popular e levantou bandeira do direito a manifestar.

Podendo perceber nesta citação:

Por que tantos jovens aderiram à campanha contra o aumento de tarifas de ônibus e não às manifestações convocadas, com o apoio maciço da mídia, contra a corrupção e os réus do mensalão? A resposta é simples: porque esse é um protesto de esquerda, com reivindicações caras à esquerda. A direita não está nem aí para o aumento das tarifas do transporte público, até porque ela anda de SUV. “São só 20 centavos”, foi a reação mais comum que vi deles nas redes sociais. Condenaram o movimento desde a primeira hora, e vão condenar ainda mais daqui para a frente, porque, em minha opinião, o aumento da tarifa em São Paulo foi apenas o detonador de uma insatisfação crescente nos últimos anos e que agora parece prestes a explodir. E que diz respeito não à direita, mas ao PT. (Menezes, 2013, p. 2)

Sucedia nessas manifestações características sui generis, das quais podemos destacar ter sido um movimento orgânico e não dirigido pelos tradicionais movimentos de esquerda que faziam esse movimento de ocupar as ruas. Além disso, é notável o fato de um governo de esquerda ter que lidar com esses protestos, dos quais, novamente, eram tradicionalmente os protagonistas.

A contradição em “ser povo” e ser governo era tamanha que Dilma sancionou, em 2016, a lei antiterrorismo devido aos protestos nas Olimpíadas, mas a origem foi a ebulição social de 2013. Ali, foi o início do declínio da esquerda tradicional brasileira, perdendo as ruas e até a coerência do discurso de esquerda. Testemunhamos, em paralelo, a ascensão da extrema direita, pois aos poucos, um movimento que continha até elementos anarquistas se tornou o holofote de uma direita que não mais batia panelas, mas sim tomava as ruas, com uma crítica política bastante difusa.

Podemos destacar, além das jornadas de junho, dois momentos cruciais que precederam o impeachment e abalaram de vez a esquerda tradicional: o início da Lava Jato, em março de 2014, operações que visavam figuras do governo acusadas de corrupção, bem como as maiores empreiteiras do Brasil, como a OAS (antigo Grupo Metha) e a Odebrecht. O processo da Lava Jato deu um novo poder para o judiciário, que se inseriu como classe política de facto, um partido de toga, além de desarticular todo o setor construtivo do país e desestabilizar o governo petista.

Além disso, as eleições de 2014 intensificaram ainda mais o cenário político nacional, com uma vitória apertada de Dilma, 51,64% para o PT e 48,36% para o candidato da oposição Aécio Neves. O governo saiu fragilizado, e a eleição foi questionada por Aécio, que começou a tensionar com o governo na Câmara, questionando a legitimidade da vitória petista. Foram as sementes do impeachment e o fim de 14 anos de PT no governo federal.

Podendo assim perceber sobre como ocorreu o período na citação;

Diante disso, Aécio percebe a oportunidade de incentivar setores radicais da direita brasileira a pedirem a saída da presidente. Com o impeachment sendo colocado na pauta, o PSDB e seus aliados rechaçaram a possibilidade de golpe, embora as falas de seus quadros sempre fossem temerárias e, algumas vezes, contraditórias no que diz respeito ao papel da oposição no processo. Aécio, visto como o principal expoente da crítica ao governo, enfrenta a resistência política de quadros paulistas e sofre com a perda do governo do estado de Minas Gerais, reduto histórico do partido no Sudeste. Neste contexto é desenhado o Programa Partidário Gratuito do PSDB, que privilegia a crítica e incorre no personalismo ao permitir que Aécio Neves discorra, durante toda a segunda metade do programa, sobre os problemas do

país como o portador das respostas e guardião da moralidade política. (Oliveira; Mira. 2016, p. 37)

O impeachment de Dilma ocorreu em agosto de 2016, um evento fatídico que derrubou a presidente, colocou Temer no poder e preparou o terreno para que Bolsonaro assumisse a presidência na próxima eleição. Neste momento, persistem no mesmo ponto as pedaladas fiscais, que ocorreram como manobras seguidas pelo governo para aliviar momentaneamente as contas públicas. Desta forma, foi realizada a decisão de arquivamento do processo que julgava Dilma por atos de improbidade. O resultado apenas fortalece o argumento que diversos juristas defendem na época, no qual ocorreu o golpe. É necessário considerar o quanto era frágil a democracia e quanto o modo de produção capitalista abalaem sua governança.

Quando Lula faz sua sucessora, garantindo ainda mais dois mandatos para o Partido dos Trabalhadores, levando uma mulher, uma antiga militante e presa política ao cargo de primeira mandatária do país, o pacto ruiu. A democracia brasileira é desejável desde que os mesmos grupos políticos históricos se revezem no poder, desde que direitos não mexam com privilégios. (Oliveira, 2018, p. 41)

A respeito das pedaladas fiscais no governo de Dilma, representavam a transferência de recursos bancários públicos e privados, incluindo, por exemplo, o INSS, com a intenção de camuflar o balanço das contas públicas e cumprir as condições fiscais determinadas. Além disso, havia investimentos ou empréstimos que o governo realizava para países em desenvolvimento como Cuba, que tiveram uma forte reprovação por parte da população conservadora e foram objetos de investigação.

Do ponto de vista econômico, a política adotada pelo governo Dilma Rousseff, através do ministro da fazenda Guido Mantega, promovia a redução da taxa básica de juros, desonerações de tributos industriais e expansão de créditos junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Essa política econômica ficou conhecida como “Nova Matriz Econômica” ou “Nova Matriz Macroeconômica” (Souza; Nascimento, 2019).

Ainda em 2010, foi lançado o PAC 2 (Programa de Aceleração de Crescimento), prevendo recursos de R\$1,59 trilhão nos seguintes segmentos: Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida, Água e Luz para Todos, Transportes e Energia e Saneamento. Por fim, ocorreu inflação devido à baixa taxa de juros, fazendo com que o governo a subisse posteriormente.

O PAC foi elaborado como medida para resolver problemas estruturais do Brasil e de grande demanda da população, em especial pelo alto déficit de moradias e a necessidade crescente de investimento em saneamento básico. Sua meta econômica, no entretanto, era muito mais audaciosa, prevendo crescimento econômico na

ordem de 5% até 2010, indicador que não se confirmou. Ao todo, o governo planejou investir R\$503 bilhões de 2007 a 2010, esperando um efeito multiplicador pela iniciativa privada, que fosse capaz de investir mais R\$705 bilhões no mesmo período. Porém, entre os anos de 2007 e 2010 os investimentos públicos foram superiores às estimativas, totalizando R\$646 bilhões (PAC, 2011). (Silva; Oliveira, 2013, p. 130)

Do ponto de vista das relações internacionais, o governo de Dilma Rousseff fez acordos bilaterais, especialmente com a China, que se tornou a principal parceira comercial do Brasil, produzindo aviões da Embraer em território chinês e comprando commodities brasileiras, enquanto o Brasil recebia US\$350 milhões de investimentos da Huawei. Apolítica ambiental também recebeu muitas críticas de ambientalistas e movimentos sociais, pois foi aprovado em 2012 o “Novo Código Florestal”, que anistiava pequenos agricultores que houvessem praticado desmatamento até 2008, além de permitir a redução de áreas de conservação obrigatória dos estados.

A redução da intensidade da diplomacia presidencial é sintomática da perda de espaço da América do Sul no governo Dilma. Apesar da manutenção do Mercosul como eixo propulsor do processo de integração – em que se promovem objetivos políticos, geopolíticos, financeiros e sociais que extrapolam o âmbito econômico-comercial, e desenvolvem-se ainda mais as iniciativas de integração, como o Focem, a participação do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul (Cosiplan) – sua construção, a exemplo do governo Lula, ainda sobrepõe o projeto nacional ao regional, ou seja, ainda elege a autonomia nacional para preservar a soberania decisória (Cervo e Lessa, 2014). Saraiva (2013) também entende que há a manutenção do caráter do Mercosul no governo Dilma em relação ao governo Lula, mas cita as dificuldades comerciais como elemento de complicação nas relações entre os países, sendo que o Brasil não se mostra muito disposto a fazer concessões aos parceiros. Há, ainda, o problema da institucionalidade do bloco, que não avançou, a exemplo do Parlamento do Mercosul (Parlasul) (Saraiva, 2012). (Leão, 2016, p. 15).

Em dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, na época do MDB, acolheu o pedido de impeachment para votação. A justificativa do processo eram as chamadas “pedaladas fiscais”, uma quantia de R\$2,5 bilhões, que foram liberados sem aprovação do Congresso. Porém, os opositores do processo entenderam que se tratava de uma retaliação de Cunha, pois deputados ligados a Dilma não haviam apoiado o presidente da Câmara no Conselho de Ética, de onde ele respondia por processo de corrupção. No dia 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprovou o impeachment com 367 votos a favor, 137 contra, 7 abstenções e duas ausências (Rotta; Peres, 2021).

Com efeito, essa alta frequência de impeachment despertou a preocupação dos especialistas, porque esse instrumento constitucional foi previsto para situações excepcionais; ou seja, nas palavras de Fernando Henrique Cardoso, “impeachment é como bomba atômica, é para dissuadir, não para usar”. Entretanto, de acordo com

o diagnóstico dos analistas de política comparada, o uso recorrente do impeachment deve ser compreendido como uma nova modalidade de resolução de crises dos regimes presidencialistas. Em outros tempos, as situações de impasse intransponíveis entre o presidente e o parlamento resultavam em crises institucionais que, invariavelmente, levavam a golpes de Estado; agora, graças ao acionamento do impeachment, as crises políticas são superadas sem rupturas com o regime democrático (Rotta; Peres, 2021, p. 2).

Com a instauração dos governos petistas, no período de Dilma (2011-2016), em uma conjuntura internacional favorável devido ao boom de commodities, houve avanço no financiamento das políticas sociais. Essas políticas estavam voltadas principalmente para a redistribuição de renda, alinhadas ao aumento do salário mínimo, à redução do desemprego, à ampliação do seguro-desemprego, ao controle da inflação e à expansão do crédito. Como resultado, ocorreu uma melhoria no nível de vida da classe trabalhadora (Cassin, 2022).

Considerando as questões conturbadas do fim do governo Dilma, que se finalizou diferente do que deveria por conta do impeachment e da polêmica pedaladas fiscais como vimos anteriormente, a presidenta tentou dar continuidade ao projeto do presidente anterior, mas em algumas situações forçaram a alteração presidencial, e iremos perceber como foi dado este capítulo da história de maneira conservadora e neoliberal.

1.4 O governo de Michel Temer

Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que posteriormente alterou o nome para Movimento Democrático Brasileiro, ocupou a presidência do Brasil de 31 de agosto de 2016 a 1º de janeiro de 2019. Ele assumiu interinamente a presidência durante o processo de impeachment da presidenta Dilma ficando afastada até a consolidação do processo, quando Temer se tornou o legítimo presidente do país.

É importante destacar, do ponto de vista econômico, que o governo de Michel Temer foi marcado pelo abandono do programa de Dilma Rousseff, conhecido como a nova matriz econômica. Ao nomear Henrique Meirelles (MDB) como Ministro da Fazenda, Temer promoveu uma mudança significativa em relação ao governo anterior. Enquanto o governo de Dilma era centrado principalmente no desenvolvimentismo, com uma participação significativa do Estado na economia, Temer buscou enxugar a máquina pública para conter gastos. O plano econômico de Temer ficou conhecido como “Ponte para o Futuro”, nome elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães.

O governo de Michel Temer adotou várias medidas impopulares, sendo uma delas a PEC 241, conhecida como PEC do teto de gastos. Essa medida tinha como principal objetivo congelar os gastos públicos. A partir de 2017, e com validade de no mínimo 10 anos e no máximo 20 anos, as despesas públicas foram limitadas. Esse cálculo foi baseado na inflação, considerando as taxas do ano anterior. Essa medida resultou na restrição dos gastos sociais e na redução da capacidade do Estado de realizar os investimentos necessários para o desenvolvimento econômico.

Em 2016, a proposta do governo do ex-presidente Michel Temer foi de estabelecer um limite para os gastos do governo federal para os próximos 20 anos a partir de 2017, tendo como base o orçamento do governo em 2016. Assim, o teto de gastos estabelece um limite de gastos para a União. Isso significa que a Emenda Constitucional definiu que o crescimento dos gastos públicos seria totalmente controlado por lei. Dessa forma, o governo federal fica impedido de criar um Orçamento para a União maior do que o ano anterior – ele pode apenas corrigir os valores de acordo com a inflação. Alguns gastos até podem crescer mais do que a inflação, desde que ocorra cortes reais em outras áreas. Isso implica que, na prática, portanto, as despesas do governo não terão crescimento real por 20 anos a partir de 2017. Vale destacar que o congelamento dos gastos público pode ser revisado após 10 anos. (Blume, 2022, p. 2).

As influências dessa medida foram diretamente observadas na saúde e na educação, resultando na diminuição de concursos públicos nessas áreas, que são consideradas as mais necessitadas. Com menos servidores em setores de alta demanda, houve contenções devido ao teto de gastos, limitando a capacidade de ultrapassar o orçamento estabelecido e reduzindo as despesas públicas. Essas restrições impactaram negativamente os serviços essenciais oferecidos à população.

Consegue-se perceber a partir desta observação de Caputi e Moreira (2017)

São tempos de agudização dos desafios, frente às dramáticas e brutais ofensivas contra as trabalhadoras e os trabalhadores. Uma realidade perpetuada pelo avanço da extrema-direita e de práticas fascizantes, explícitas com a eleição de Donald Trump nos EUA e em demasia também na América Latina, como na Argentina com Mauricio Macri e no Brasil com o ilegítimo Michel Temer, os quais cumprem e intensificam a agenda do grande capital mundial (Caputi; Moreira, 2017, p. 23).

Na agenda do governo Temer, destacam-se o Teto de Gastos, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência. A reversão do pacto constitucional de 1988 foi um ponto marcante, caracterizando um governo que radicalizou. Contrariando as expectativas de acumulação de políticas fiscais voltadas para a redução das desigualdades, o país experimentou o oposto. A manutenção de um sistema tributário concentrador, penalizando os mais pobres e a classe média com altos tributos, acabou por se alinhar facilmente à agenda da elite (Oliveira, 2018).

Assim, observando os gastos sociais, nota-se um crescimento significativo durante os anos 1990. Esses acontecimentos são relevantes porque tiveram consequências no governo de Temer. Antes de 1988, o Brasil não possuía um Estado de Bem-Estar Social, e as constituições até então segregam a cidadania, limitando-a. A partir de 1988, os direitos tornaram-se universais, diferente do Estado de Bem-Estar Social condicionado à CLT. A implementação desses direitos desafia as expectativas da população com o acordo de 1988, gerando impactos significativos nas desigualdades com a agenda do governo Temer.

A partir da citação abaixo percebe-se que como ocorreu o Estado de Bem-Estar Social;

Desse modo os modelos de Estado de Bem-Estar Social, surgidos no pós-guerra, sustentados na teoria econômica keynesiana, incluem em sua origem condições especiais e que abrangem a ampliação da capacidade de empregos, ganhos de produtividade nos salários, ampliação do consumo pela população. O Estado de Bem-Estar se caracteriza por ser um processo de implantação de programas sociais que compõem as políticas de proteção social. As políticas sociais prevêm o alcance da justiça social, através dos direitos de saúde, habitação, trabalho, educação, implementados principalmente em países de capitalistas avançado. As políticas de proteção social são garantidas e efetivadas pelo Estado, caracterizando modelo(s) de Estado intervencionista denominado de Estado de Bem-Estar Social (ARRECHTE, 1995; DRAIBE e HENRIQUE, 1988). (Viccari, 2008, p. 102)

Diante do contexto explicitado nesta introdução, em que foi abordado detalhes dos governos do Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Vana Rousseff, Michel Miguel Elias Temer Lulia, abordaremos a seguir o governo de Jair Messias Bolsonaro no qual define o trabalho com as principais características e apontamentos principais durante este governo.

CAPÍTULO II. O GOVERNO BOLSONARO

Até o momento, a pesquisa buscou realizar uma análise geral de um recorte histórico da Nova República, explorando os movimentos em Brasília, as ideias predominantes nos governos, suas ações econômicas e como esses elementos impactam a pobreza no Brasil, especialmente os programas sociais para enfrentá-la. Seguindo essa linha de acontecimentos que abrange 25 anos até 2019, chegamos ao período que é objeto desta monografia: o governo Bolsonaro e as implicações dessa gestão no aumento da pobreza.

É importante notar que percorremos um caminho até chegarmos a um governo ultraliberal e de extrema-direita. Esse percurso revela a insuficiência das instituições da Nova República em oferecer respostas adequadas às tarefas históricas do Brasil, em ser a voz democrática e verdadeiramente representativa que o povo clamou nas ruas ao fim da ditadura. Além disso, observa-se uma grave despolitização da população em comparação aos dias das Diretas Já. A elevação da “nova classe C” nos períodos de maior prosperidade não foi acompanhada por um processo de conscientização por parte dos milhões de brasileiros que melhoraram de vida, não percebendo que essa prosperidade derivada de um governo comum projeto que, embora limitado, era popular.

Igualmente importante é ressaltar como o imperialismo americano, agora hegemônico no pós-Guerra Fria, subjugou a economia e a política do país nos anos 90 com seu Consenso de Washington. Além disso, acusou o governo petista desde os primeiros anos, seja por meio de ataques especulativos ou, posteriormente, influenciando em uma lawfare contra Lula e Dilma nos últimos anos do governo.

O Brasil, bem como a toda América Latina é tido como o “quintal” estadunidense, desde o século XIX com a Doutrina Monroe e a política do “Big Stick” logo, seja com Jango, seja com Lula, todas as tentativas de desenvolvimento minimamente autônomo e nacional, que colocaria essa influência americana em cheque, é violentamente sufocada, ainda mais quando se descobre reservas na ordem de 5 a 8 bilhões de barris de petróleo em águas brasileiras com o Pré Sal.

Hoje, em 2023, há um acúmulo de evidências que o Brasil foi vítima 2 vezes de um lawfare, tática usada nas guerras híbridas que usam do sistema judiciário do país para cercar o Executivo através de investigações e processos, e, combinado a isso, manipular a mídia com a pauta de pânico moral da corrupção para despopularizar e depois derrubar governos progressistas.

O candidato do campo progressista, Lula, tinha condições de vencer Bolsonaro nas eleições de 2018, porém, acusado em um dos processos da Lava Jato foi preso e impedido de concorrer nas eleições, quem o substituiu foi Fernando Haddad, ex prefeito de São Paulo, e, muito menos carismático, perdeu a eleição por pequena diferença para Bolsonaro encerrando, o ciclo de 4 vitórias consecutivas do PT nas eleições presidenciais.

Afirmamos neste trabalho que todas esses fatos políticos são o que fizeram o fluxo e influxo das marés de prosperidade do país, onde ora a classe trabalhadora dispunha de mais direitos e consumos, ora menos, esses fatos talharam políticas assistenciais, disposição de recursos federais e até do discurso oficial do governo sobre a pobreza e a fome. Mas sem nunca modificar estruturalmente as raízes de porquê um país materialmente rico, ter não só uma população como um desenvolvimento nacional pobre e parco.

Apesar do aparente dedicado esforços petistas para a erradicação da fome e dapobreza, nunca houve no país, nem nos governos mais progressistas, uma disposição do estado brasileiro em resolver de fato a pobreza e suas causas estruturantes, pois isso demandaria uma mudança radical das forças produtivas e principalmente das relações de produção e propriedade no país.

Para erradicar a fome e a pobreza é preciso tocar em assuntos como a dívida pública, a conta aberta de capitais, a taxa básica de juros, e, principalmente a concentração de terras que é a realidade no nosso país desde a Lei de Terras de 1850 até a “grilagem legalizada” nos dias de hoje, expulsando a população mais pobre para os grandes centros, e que em consequência gera o processo de periferização na costa brasileira, gerando 30 milhões de pessoas ou sem casa, ou em moradias muito precárias.

Tais propostas nunca estiveram em pauta, porém, demonstraremos neste capítulo como no governo Bolsonaro, os indicadores da pobreza pioraram significativamente, seja por conta de uma pandemia mal administrada, seja na continuação e agudização do processo ultraliberal no país com o programa ponte para o futuro. Foi um governo que fechou ministérios chaves no combate a pobreza e dignidade do cidadão, cortou verbas cruciais a programas assistenciais e até pôs em cheque a existência do bolsa família.

A Seguir faremos um apanhado da construção de Bolsonaro como personagem no cenário político, seu governo e a relação da gestão bolsonarista com o aumento da pobreza e a fome no país.

Bolsonaro foi o último capítulo que testemunhamos do esgotamento da Nova República, eleito em outubro de 2018 com 55,13% contra 44,87% dos votos no segundo turno

contra o candidato Fernando Haddad. Além disso, ganhou muita força no congresso, seu partido saiu de uma cadeira para 52 no congresso federal nesta eleição.

Percebe-se na citação como ocorreu os fatos após a vitória de Bolsonaro;

A vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018 representou a formalização eleitoral vitoriosa do pensamento conservador, de extrema direita e do retrocesso democrático, combinada a três elementos centrais: militarização da agenda pública, com forte participação das Forças Armadas e das polícias estaduais; e ódio na política, a partir de uma rede familiar e um gabinete particular instalado na presidência; a deslegitimação e desregulamentação das políticas sociais é o vértice crucial da necropolítica, para utilizar o termo cunhado pelo historiador e filósofo Achille Mbembe (MBEMBE, 2003). A expressão e aderência do conceito foi testada por Castilho e Lemos (2021), identificando não apenas o ataque contra a classe trabalhadora em geral, mas a grupos sociais específicos, identificados na ideologia neoconservadora como grupos “desviantes” da moral e costume “normal”. (Cruz, 2022, p. 53).

Trouxe consigo no planalto, extremistas de direita, liberais da Faria Lima, setores das igrejas e militares, uma amalgama de setores conservadores e cada um com sua agenda, tornando um governo que no discurso teria um ministério tecnicista mas que na prática era uma colcha de retalhos de interesses que atendiam tanto questões moralistas das bancadas evangélicas, quanto da privatização demandada pelos agentes do mercado.

Para entender esse fenômeno bolsonarista precisamos analisar a construção da imagem de Bolsonaro, tanto em aspectos nacionais quanto como ele foi o candidato perfeito da conjuntura internacional denominada primavera fascista.

Sobre o fascismo pode perceber:

[...] Particularmente nos países colonizados e neocoloniais a expressão desse conservadorismo esteve mais na postura silente diante de desigualdades estruturais, como racismo e desigualdades de gênero, do que propriamente em um projeto político consistente. Concentrou-se e encontrou-se no final dos anos 1970 com uma filosofia do princípio do século, o neoliberalismo. (Zimmermann, 2022, p. 59).

Em setembro de 1986 foi a primeira vez que Bolsonaro apareceu na mídia, assinando um artigo que reclamava do soldo dos soldados, na segunda vez, já foi envolvido em uma denúncia de planejamento de um ataque a bomba a quartéis como forma de protesto contra o baixo salário dos militares. Inocentado pelo STM (Superior Tribunal Militar), Bolsonaro surfa na pauta de remuneração para militares para concorrer e se eleger vereador em 1988, e em 92, deputado federal pelo Rio de Janeiro onde permaneceu no cargo até 2019, ano que assumiu a presidência.

Sua atuação na Câmara em termos de propostas e articulação política foi ínfima, em 27 anos como representante, aprovou apenas dois projetos. Porém, construiu toda uma imagem participando de programas polêmicos da mídia marrom, com opiniões conservadoras, misóginas, homofóbicas e inflamáveis, era tido em programas como SuperPop, CQC e Pânico na TV como entretenimento aquele comportamento vindo de um deputado, uma excentricidade da política nacional. Um dos casos mais emblemáticos foi a quebra de decoro parlamentar quando o então deputado teve uma fala polêmica a respeito de estupro com a deputada Federal Maria do Rosário (PT), bem como na votação do Impeachment dedicou o voto a favor a Carlos Brilhante Ustra, torturador de Dilma.

Com essas aparições públicas polêmicas, parte da população conservadora e reacionária, dá notoriedade ao deputado Bolsonaro, e surfando no antipetismo vindo principalmente desde 2013, começa a ser cotado como candidato à presidência com discursos cada vez mais a extrema direita e ultra liberais, elencando para ministros figuras notórias da direita como Sergio Moro, o juiz da Lava Jato e Paulo Guedes, fundador do banco BTG Pactual é conhecido economista neoliberal, utiliza do capital político desses nomes para validar seu governo e garantir votos dos setores que apoiavam essas figuras.

Além disso, seu vice era um general das forças armadas, aproximando seu governo dos militares e, quando empossado, colocava mais militares em cargos federais que no próprio período da ditadura, chegando em 2021 a mais de 6 mil militares ocupando cargos federais. Como dito, seu governo era uma amálgama de representantes das forças reacionárias da sociedade brasileira, mas não podemos deixar de analisar a conjuntura internacional, e como os ventos das políticas do estrangeiro se relacionam com o momento político do Brasil.

Não só aqui mas em toda a América Latina a chamada onda rosa social democrata havia sido derrotada por uma série de países voltando à direita. No mundo, com a eleição de Orban em 2010, continuamente eleito desde então, também podemos notar o congresso polonês também da extrema direita bem como a Alemanha, com o partido AfD (Alternative für Deutschland) tido como neonazista sendo a terceira maior força no parlamento alemão demonstram como há uma ascensão da extrema direita a nível mundial, para além dos movimentos no Brasil. Mas a maior demonstração disso é a eleição de Donald Trump nos EUA, o que deu fôlego a esse movimento internacional e balizou o governo brasileiro em Washington, garantindo estabilidade internacional à gestão Bolsonaro.

Um padrão pode ser estabelecido entre todas essas eleições, que é a intervenção da consultoria Cambridge Analytica (CA), anteriormente conhecida como SCL USA, empresa britânica responsável por realizar a vigilância e coleta de dados consumidos no Facebook, de seus usuários com o recolhimento e estímulo de publicações de cunho manipulador político ideológico, e oferta de teste de personalidade ocorrendo a captura de dados pelo rolamento das publicações e a partir de buscas realizadas pelo usuários, estes dados ficam armazenados na fonte da empresa de maneira estratégica para verificação dos responsáveis e intenção de induzir a mais acessos naquele conteúdo. As informações desses fatos ocorreram na empresa a partir de uma entrevista com um ex-funcionário da empresa.

A criação da Cambridge Analytica foi realizada pelo americano Steve Bannon, sócios e apoiadores da nova direita radical e seus outros sócios, com características de ultraconservador do partido republicano, manipulação de dados e informações que iniciaram em 2014. Foi criando suas fontes de contatos nacionalmente e no exterior, para fomentar a empresa na realização do seu projeto de alavancar com a conteúdos preconceitos, homofóbicos, incentivo no consumo de armas.

Bannon era assessor e estrategista do Tramp, com o controle no poder político do presidente, com declaração em público de seu apoio a Bolsonaro. Bannon, tinha em mente avançar com este modelo de projeto para outros países da europa, pois fortemente conseguiria apoiadores da extrema direita para ascensão de manipulação dos dados de demaiseleições, e associando a assuntos de inteligência artificial e o marketing de campanha.

Este poder efetuaría o ganho de forças para o fortalecimento da extrema direita, isso acarretaria na ascendência coleta de dados e o intuito de afunilar o máximo de informações para conseguir direcionar o pensamento dos eleitores para os votos.

O Ministro da Economia Paulo Guedes é um instrumento fundamental para o governo de Bolsonaro, garantiu o respaldo do mercado a seu governo com uma proposta ultraliberal. Formado em Chicago, foco principal do neoliberalismo no mundo, Paulo Guedes participou como economista junto a outros nomes do neoliberalismo no governo Pinochet, e, em 2018 lançou uma plataforma econômica semelhante, e como no Chile, ancorada no autoritarismo do governo vigente.

Duas medidas semelhantes de ambos os governos e que afetam diretamente a vida do trabalhador eram a reforma da previdência, e os planos de privatização e diminuição da participação do estado na economia. Em relação a reforma da previdência, havia sido tentado no governo Temer e passou no governo Bolsonaro, assinado pela equipe de Paulo Guedes,

que mudava o tempo de contribuição de mínima obrigatória dificultando o acesso da aposentadoria a classe trabalhadora, o que além de criar o problema óbvio da precarização da vida do idoso, compromete muitas vezes sua família, pois no cenário econômico atual do país, muitos idosos são os maiores contribuintes na composição da renda familiar.

O governo de Bolsonaro também cumpriu sua promessa de campanha de fazer uma privatização geral das estatais brasileiras, foram 36% das 213 empresas indo para o capital privado. Entre os principais ativos líquidos podemos destacar a Eletrobras, a BR Distribuidora, vários ativos importantes da Petrobrás, CEASA 's, e Portos do Espírito Santo e de São Paulo. Esses ativos eram vitais para a coordenação da economia por parte do estado e conseqüentemente para qualquer programa de assistência social ou melhoria econômica da classe trabalhadora.

Em dezembro de 2019 iniciou diversos casos de pneumonia na China, com características de uma nova cepa desconhecida, não havia sido identificada em humanos, foi alastrando pelo mundo e desta forma ocorrendo o surto mundial, posteriormente identificado como o vírus SARS Covid-19, no Brasil foi o vírus foi identificado pela primeira vez em março de 2020. No aspecto sanitário, a pandemia atingiu o SUS de forma aguda, o sistema já estava sucateado e fragilizado, então tivemos hospitais lotados, e uma UTI incapaz de atender aos casos graves. Houveram também graves falhas de gestão de crise, como por exemplo, 4 ministros da saúde no período incapazes de lidar com a COVID. Tivemos também falta de insumos hospitalares, e a entrega da vacina pela população também foi atrasada em relação aos outros países. O saldo foi de 38 milhões de infectados e 707.470 mil mortos. Posteriormente foi aberta uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) para investigação.

O Brasil naquele momento estava com cenário agravado e fragilizado na economia, em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu apenas 1,2%, a taxa de desemprego em 11,9% e a inflação média dos alimentos 26,93%, com um crescimento assim e vindo de uma retração econômica que na série histórica, saiu de 2,619 trilhões de dólares para 1,873 trilhões, incapaz de reaquecer a economia com medidas de Paulo Guedes, se agravou muito a partir da pandemia.

Vive-se neste momento no Brasil uma forte recessão econômica e um contexto muito peculiar de pandemia do novo Coronavírus, que expressa, na verdade, a profunda desigualdade social existente no mundo, e mais especificamente, no Brasil. Esta realidade, em sua maior potência, indica que apesar da contaminação parecer atacar a todos/as, de fato, nada têm de democrática, na medida em que, é a classe trabalhadora que vivencia as piores condições de vida, trabalho, moradia,

alimentação, saneamento, acesso à saúde e negação de outros direitos sociais. Esta, portanto, tem menores condições de resistir, seja do ponto de vista de sua imunidade biológica ou de sua imunidade social. Numa conta matemática simples, os donos do poder, mais uma vez decidem quem vive e quem morre, como seres descartáveis. O projeto político do bolsonarismo, de um estado totalitário, naturaliza o uso da força e da violência, instigando a problematização, em particular, no campo dos direitos sociais: qual a particularidade da luta de classes neste tempo histórico na realidade brasileira? Quais tendências se evidenciam no trato da política de seguridade social, em especial, nas políticas de previdência social, saúde e assistência social? Quais as tarefas históricas colocadas à classe trabalhadora no governo ultradireita de Jair Bolsonaro? Estas e outras questões têm provocado aqueles/as que, na defesa do Estado Democrático de Direito, têm trabalhado, pesquisado e militado nos mais diferentes espaços públicos e movimentos sociais. (Castilho; Lemos, 2021, p. 2)

No capítulo seguinte faremos uma análise da pobreza no período do governo Bolsonaro (2019-2022) considerando os seguintes fatores: crescimento do PIB, inflação, inflação dos alimentos, desemprego, informalidade, renda média, déficit habitacional, população de rua e insegurança alimentar. Bem como a conjuntura dos acontecimentos que afetaram esses indicadores, principalmente a pandemia da SARS COVID 19 e a gestão da crise sanitária e econômica decorrente do lockdown.

Em março de 2020, quando o Brasil registrou o primeiro caso de COVID a economia brasileira já sentia as consequências do lockdown internacional para conter o vírus. As exportações tiveram uma queda e os itens mais exportados foram justamente alimentos, o que inflacionou drasticamente o preço da comida no Brasil, para se dimensionar o tamanho do problema, tivemos aumento em Juiz de Fora de itens da cesta básica como arroz, óleo e feijão mais que dobrando de preço, a alta na média do preço da cesta básica chegou a 28% em algumas capitais.

O PIB nacional em 2020 registrou uma retração de 4,1%, enquanto a inflação chegou a 4,52%”, maior alta desde 2016, na recessão e a inflação de alimentos foi na ordem de 14,09%, maior número desde 2002.

Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil atingiu R\$ 7,6 trilhões, recuando 3,3% em volume. Houve quedas no PIB de 24 das 27 unidades da federação, estabilidade no Mato Grosso e variações positivas em Mato Grosso do Sul (0,2%) e Roraima (0,1%). Essas são informações das Contas Regionais 2020, elaboradas pelo IBGE em parceria com os órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). (IBGE, 2022, p. 2).

No terceiro trimestre de 2020, o desemprego chega em uma taxa de 14,6% e fechando o ano com 13,5%, isso representa 13,4 milhões de brasileiros desempregados, já os

desalentados, pessoas que desistiram de procurar emprego devido a condições estruturais do mercado, chegaram a 5,5 milhões de pessoas, um aumento de 16,1% em relação a 2019.

A pandemia atingiu em cheio o mercado de trabalho brasileiro em 2020. A perda de 12 milhões de empregos entre março e agosto fez a população ocupada cair para o menor nível já observado, afetando principalmente o mercado informal. Por conta das restrições de atividades, do distanciamento social e dos auxílios do governo, um grande contingente deixou a força de trabalho, segurando a taxa de desemprego. Mesmo assim, o número de pessoas à procura de emprego bateu recorde em setembro (14,1 milhões), assim como a taxa de desemprego (14,6%). No mercado formal, a geração de empregos teve o pior e o melhor mês da história em um curto intervalo de tempo: -943 mil em abril e +395 mil em outubro. Em quatro meses de criação de vagas (julho a outubro: +1,1 milhão) foram recuperados 68% dos postos perdidos nos quatro meses anteriores (março a junho: -1,6 milhão). As medidas do governo foram fundamentais para esse desfecho, tanto as contidas na MP 936, por evitarem desligamentos, quanto o Auxílio Emergencial, que impulsionou a rápida retomada. Essas medidas também sustentaram a renda das famílias: os auxílios mais do que compensaram a perda de renda do trabalho, fazendo a massa total de renda crescer. (Balanço 2020 & Perspectivas 2021, 2020, p. 1)

A informalidade, problema crônico no Brasil, recebeu destaque na internet devido aos casos de distrato e protestos dos entregadores de aplicativo durante o período da pandemia, trouxe o tema da uberização para o debate público, pois esses aplicativos buscavam consolidar as brechas legais nas novas relações empregado-empresa pós reforma trabalhista.

Trabalhadores que trabalham fixos para uma empresa, sem direitos, sem coberturas sociais, sem sindicatos e sem participar minimamente das tomadas de decisão das empresas foram empregados aos milhões no Brasil em aplicativos de corridas particulares e de entregas, 4 milhões de brasileiros obtêm de forma parcial ou integral seus rendimentos nesses tipos de aplicativos, sem qualquer direito trabalhista. Os entregadores fazem parte de um universo maior, milhões de pessoas trabalhando em diversas áreas na informalidade, o que representa grande parte do total da força de trabalho.

A renda no período teve um decréscimo, se em 2019, grande parte dos trabalhadores ganhavam menos de 1 salário mínimo, em 2020 esse número chegava a 47%, os trabalhadores que ganhavam de 1 a 2 salários mínimos diminuíram de 27 para 26% no período. A população na linha da extrema pobreza atinge neste ano 1,9%, porém, mesmo com o auxílio, milhões de brasileiros viviam em situação de pobreza Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE).

Os painéis da Figura 1 apresentam a evolução da taxa de incidência da pobreza no Brasil para cinco linhas de pobreza diferentes, agrupadas por tipos. O painel (a) traz a pobreza de acordo com as duas linhas de elegibilidade ao Programa Auxílio Brasil (PAB) em dezembro de 2021: R\$ 210 e R\$ 105 mensais por pessoa. O painel (b), por sua vez, reporta estimativas para três linhas internacionais usadas no

monitoramento da pobreza global: PPC\$ 1,90, PPC\$ 3,20 e PPC\$ 5,50 por dia por pessoa, em dólares internacionais de 2011, isto é, dólares com paridade de poder de compra (PPC\$). A linha de PPC\$ 1,90/dia foi calculada a partir das linhas nacionais de 15 dos países mais pobres do mundo e serve como referência para o monitoramento da extrema pobreza pelo Banco Mundial. Seu valor mensal em reais de dezembro de 2021 era de R\$ 173 por pessoa. As linhas de PPC\$ 3,20 e PPC\$ 5,50 foram estimadas com base nas linhas nacionais de países de renda média-baixa e renda média-alta, equivalendo a R\$ 292 e R\$ 502 por mês por pessoa em valores de 2021, respectivamente. (Souza; Hecksher; Osorio, 2022, p. 4).

Neste ano, o déficit habitacional no Brasil era na ordem de 6 milhões de habitações e 5,1 milhões de casas em situação precária. Enquanto segundo o IPEC 281.472 de pessoas estavam em situação de rua.

A população em situação de rua no Brasil cresceu 38% entre 2019 e 2022, quando atingiu 281.472 pessoas. A estimativa, que revela o impacto da pandemia de Covid-19 nesse segmento populacional, consta da publicação preliminar “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (2012-2022)”, divulgada nesta quarta-feira (07), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo inédito, que será detalhado posteriormente em nota técnica, atualiza a estimativa de população em situação de rua em nível nacional. Em uma década, de 2012 a 2022, o crescimento desse segmento da população foi de 211%. Trata-se de uma expansão muito superior à da população brasileira na última década, de apenas 11% entre 2011 e 2021, na comparação com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “O crescimento da população em situação de rua se dá em ordem de magnitude superior ao crescimento vegetativo da população. Além disso, esse crescimento se acelerou nos últimos anos”, comentou o pesquisador do Ipea Marco Antônio Carvalho Natalino, autor do estudo que analisou a evolução no quantitativo de pessoas em situação de rua até 2022. (Montferre, 2023, p. 1).

É importante destacar que houve uma redução drástica na pobreza em 2020, apesar da retração econômica e da inflação. Essa redução tem como causa a aprovação pelo governo do programa de Auxílio Emergencial para a pandemia, que concedeu um benefício de 600 a 1200 reais para 67,9 milhões de brasileiros, sendo repassado 294 bilhões de reais à população.

A única exceção a esse padrão ocorreu no período da pandemia, pois a queda da renda média foi preponderante para a elevação da pobreza entre 2019 e 2021. O efeito redistribuição teve contribuição ínfima porque as mudanças observadas em 2019-2020 e em 2020-2021 se anularam: no primeiro ano da pandemia, a redistribuição operada pelo Auxílio Emergencial contribuiu fortemente para a redução da pobreza, mas no período seguinte a retração das transferências provocou movimento oposto. (Souza; Hecksher; Osorio, 2022, p. 7).

O programa de auxílio emergencial teve início em abril de 2020 e seu valor foi objeto de disputa ferrenha entre o governo que queria estipular em 200 reais o valor e propostas da oposição que teria um benefício de 300 reais por pessoa até dois salários mínimos por família

no programa de Renda Mínima Cidadã. Nesse embate sobre o valor do benefício aprovou-se o valor de 600 reais para cada beneficiado e 1200 para as mães.

No ano de 2021, o Brasil já iniciava o segundo ano de pandemia, juntamente a uma constante instabilidade política que o país viveu nesse período, além do COVID, o constante confronto entre os três poderes, juntamente com a insatisfação da população com a gestão da crise sanitária fazia com que criasse um clima economicamente volátil e politicamente a possibilidade até de um golpe militar por parte do próprio governo.

Em 13 de Abril de 2021 deu-se início a CPI da covid, que colocaram governo federal, o congresso e o poder judiciário em uma disputa intestina, chegando ao ponto que Renan Calheiros, relator da CPI, pediu o indiciamento do presidente Jair Bolsonaro em 10 crimes, incluindo até crimes contra a humanidade, a reação de Bolsonaro foi se aproximar mais dos militares, radicalizar seu discurso, em 10 de agosto aconteceu de forma inédita e preocupante um desfile militar em Brasília, e no dia 7 de setembro, Bolsonaro conclama seus apoiadores a fazerem protestos de apoio a seu governo nas principais cidades do país, com falas abertamente contra as instituições democráticas.

Em meio a crise política, econômica, e sanitária, o Brasil registrou 412.880 óbitos no ano, e mais de 14 milhões de casos. Um exemplo emblemático da pobreza sanitária que o Brasil viveu foi os eventos em Manaus, onde faltaram até cilindros de oxigênio para a população, e o colapso do sistema de saúde. O PIB nacional cresceu, porém a inflação chegou a 10,06% e a inflação dos alimentos em 8,24% no ano de 2021. A taxa de desemprego segundo o IBGE encerrou o ano em 13,2% enquanto a taxa de desalentados subiu para 5,9%, o rendimento médio segundo o PNAD caiu 7% e a massa salarial recuou 2,4%. A taxa de informalidade foi de 40,1% da força de trabalho.

Em termos de qualidade para a população, foi o ano mais difícil da pandemia, com a retração do auxílio emergencial, a pobreza chegou a milhões de pessoas e essa população viviam abaixo da linha da pobreza (IBGE). No ano de 2021 em termos de déficit habitacional os brasileiros estavam em submoradias, habitações precárias, com rachaduras ou em áreas de risco.

O ano de 2022 no Brasil foi marcado pelo fim da fase aguda da pandemia de covid, os efeitos na economia da guerra da Ucrânia, e as eleições de 2022 e seus efeitos nas políticas públicas, e do objeto de pesquisa, a pobreza. O crescimento do PIB foi fortemente influenciado por esses fatores, ficando em vigésimo nono desempenho entre as economias mundiais segundo dados do IBGE. A inflação no período teve um recuo, porém pelo que foi

conhecido como efeito Ucrânia, ou seja, os efeitos no mercado global de alimentos pela guerra da Ucrânia, o consequente desabastecimento dos grãos vindos do país, bem como o aumento dos preços do combustível e dos insumos agrícolas, sem contar o impacto das mudanças climáticas nas lavouras nacionais. Os alimentos inflacionaram neste período.

A taxa de desemprego este ano fechou na média graças a uma tímida retomada da economia pós pandemia, a informalidade de também teve uma leve recuada em 2022. A renda média salarial foi de 2.928 no período. Segundo a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional no Brasil subiu em domicílios, e de acordo com dados do IBGE, a população de rua aumentou de pessoas no ano, totalizando no período de 2019 a 2022.

Os indicadores de pobreza e extrema pobreza no país tiveram um recuo no período, a pobreza que em 2021 atingia grande parte da população teve retração para e representava 10,47 milhões de brasileiros. As pessoas vivendo em situação de miséria no mesmo período que eram de 20,03 milhões de pessoas no fim de 2022 eram 13,74%, representando 6,4% da população.

CAPÍTULO III. POLÍTICAS PÚBLICAS (2019-2022)

É demonstrado pelas várias experiências neoliberais pelo mundo, que quando defensores desse paradigma econômico falam sobre “desinchar o estado” e “estado mínimo” “estado eficiente” os primeiros a sofrerem as consequências são a população pobre, e no governo Bolsonaro, que foi eleito com essa retórica de diminuir o papel do estado na vida do brasileiro, fez o que pode para cumprir essa agenda. Foi em seu governo que teve início a Nova Previdência, no dia 13 de novembro de 2019, segundo o INSS a queda no número de benefícios no primeiro ano.

Ainda a respeito de benefícios pagos pelo INSS, Bolsonaro também sancionou uma lei dificultando acesso ao BPC-LOAS (Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica de Assistência Continuada) cujo critério de renda passou a ser de 1 quarto do salário mínimo ante a meio salário mínimo por pessoa na família. Como foi mencionado, a transferência de renda do auxílio emergencial teve um impacto surpreendente na pobreza e na fome no país, porém, tornou-se praticamente a única política de assistência social no país no período, tendo a arquitetura do SUAS ainda mais esvaziada e desarticulada.

Segundo a equipe de transição, todas as políticas públicas de emprego, renda, capacitação, de cestas e alimentos em períodos de calamidade, políticas de aquisição de alimentos, e até programas de cisternas foram esvaziadas.

O ministério da Cidadania foi a pasta que amalgamou as questões sociais, como Ministério Dos Esportes, Ministério do Desenvolvimento social, Ministério da Cultura e parte do Ministério do Trabalho, o que em si já demonstra a intenção do descaso e para demonstrar o desmonte vamos analisar o subfinanciamento do ministério. Avaliamos a retração no financiamento das principais políticas e aparelhos da pasta. O SUAS recebia 3 bilhões em 2019, em 2021 recebia 930 milhões de reais. Entre 2019 e 2022 houve uma redução no orçamento para a saúde. O recurso voltado para as creches teve uma redução no período 2019-22.

O programa que substituiu o Minha casa minha vida, o programa casa verde-amarela, teve um esvaziamento no período. O investimento em transporte coletivo caiu em 2022. Para os povos indígenas o orçamento caiu no período chegando ao valor irrisório de 400 reais por indígena, o número de servidores da Funai caiu em 65%, a SESAI (Secretaria de Saúde Indígena), órgão responsável pela saúde indígena teve uma retração orçamentária de 9%.

Sobre as políticas públicas diretamente relacionadas aos quilombolas não houve nenhum repasse para regularização fundiária, sendo completamente desmontada.

Com exceção do ano de 2022, a política de auxílio com cesta básica foi irrisória, 19 milhões por ano o financiamento para a igualdade social. Para o ministério da mulher, ações de combate à violência e pela autonomia tiveram um orçamento para a pasta, sendo esses gastos apenas dos recursos. O Ligue 180 teve seus gastos diminuídos no quadriênio, e a Casa da Mulher Brasileira apresentou zero de despesas.

A execução financeira para assistência a esse público (com recursos vindos do Ministério da Cidadania e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) caiu, entre 2019 e 2022, sendo a maior parte desse montante destinado ao programa Criança Feliz, que recebeu críticas tanto na concepção quanto na execução. Apesar de o trabalho infantil acometer cerca de um milhão e oitocentas mil crianças, o governo Bolsonaro desmontou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti): em 2019 foram gastos e desde então, nenhum centavo mais.

Ainda que tenha havido transferência de renda a essa faixa etária por meio de programas como Auxílio Brasil ou pela formação de equipes de saúde da família no Ministério da Saúde, os recursos não parecem ter sido suficientes. De acordo com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), ao menos de meninas e meninos vivem em situação de pobreza.

Podemos ver claramente pelos dados uma falta de vontade política de colocar o ministério da cidadania orientado para uma real assistência social no país, ao mesmo tempo que houve perdão de dívidas empresariais na casa dos bilhões e o governo pagou de encargos da dívida pública de 2019-22 trilhões no período, vemos no período o que são as prioridades do governo liberal, à medida que instiga a população a odiar políticas públicas e as apontadas como causa dos altos impostos.

CAPÍTULO IV. INSEGURANÇA ALIMENTAR E CARESTIA (2019-2022)

É curioso notar que a primeira medida de Bolsonaro foi extinguir o CONSEA, o Conselho de Segurança Alimentar, isso foi o prelúdio de uma política desastrosa de segurança alimentar no Brasil.

Em 2019, foi extinto logo no primeiro ato do governo Bolsonaro, num movimento simbólico do desprezo do então presidente pelo combate à insegurança alimentar. Durante o hiato, os integrantes do conselho continuaram em atividade e chegaram a organizar um Tribunal Popular contra a Fome, em 2021, em que o governo federal foi considerado culpado pelo aumento da fome no país. Um ano depois, dados da Rede Penssan mostraram que a insegurança alimentar e nutricional havia atingido milhões de brasileiros, com imensa parte de milhões em situação real de fome – aumento relevante em relação a 2020.

A segurança alimentar é tida como questão de segurança nacional na maior parte dos países do mundo, assim como deveria ser no Brasil de acordo com a constituição na Lei Agrícola 8171/91 - estabelece no artigo 3º: "São objetivos da política agrícola: I - na forma como dispõe o art. 174 da Constituição, o Estado exercerá função de planejamento, que será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, destinado a promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, visando assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais."

O que vimos no governo Bolsonaro foi exatamente o contrário, com a crise das Supply Chains Globais (Cadeia de Suprimento Global), junto com a valorização do dólar, vimos uma agricultura nacional voltada para a exportação, onde o produtor tinha muito mais incentivos de vender os alimentos no exterior que abastecer o mercado interno.

O arroz está mais caro por diversos motivos como o aumento do consumo na pandemia, a queda da safra em 30% (trinta por cento) e a alta valorização do dólar. Com o aumento do valor da moeda americana o produtor nacional prefere exportar e receber em dólar, deixando baixo o estoque para abastecer o mercado interno, elevando o preço. Isto tem um lado bom, que se reflete diretamente no bolso do investidor da Bolsa de Valores que comprou a matéria prima por um valor mais baixo e agora está com os frutos do investimento feito anteriormente. Um levantamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), mostra que o arroz aumentou 120% (cento e vinte por cento) nos últimos 12 meses. (JusBrasil)

No Brasil, o órgão que regula o preço dos grãos é o CONAB (Conselho Nacional de Abastecimento), que compra grãos no período de preços baixos para estocar e injetar no

mercado no momento de alta no preço dos alimentos. Além de acabar com o CONSEA (Conselho Nacional Segurança Alimentar e Nutricional), Bolsonaro continuou a política de Temer de desmonte e privatização do CONAB, fechando em meio a pandemia, 27 das 64 unidades distribuidoras, e reduziu drasticamente os estoques nas unidades restantes.

Segundo dados do Brasil de Fato;

Conforme publicado pela CONAB, em agosto de 2020, a companhia tinha os seguintes estoques: 21.592 toneladas de arroz, 28 toneladas de farinha de mandioca, zero de estoque de açúcar, 31 toneladas de café e zero de estoque de feijão. Comparado com a safra de grãos 2019/2020, dados de setembro 2020, a saber: arroz 11,2 milhões de toneladas; feijão 3,3 milhões de toneladas; milho 102,5 milhões de toneladas; soja 124,8 milhões de toneladas. Isto significa, que o governo não tinha mais nenhum controle sobre o preço dos alimentos, legando a alimentação dos brasileiros às forças de mercado. (Antunes, Brasil de Fato, 2020)

Para efeitos comparativos de acordo com o relatório "Global Grain Reserves 2023" da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o estoque regulador de grãos da China é de milhões de toneladas, enquanto o estoque regulador de grãos dos EUA é de 168 milhões de toneladas.

Desde o começo das cidades-estado uma das principais funções estatais é o de armazenamento e controle do estoque de grãos, o que nos faz refletir, se por um lado a política de precarização do trabalho levou o trabalhador para leis análogas a república velha, a política agrícola de Bolsonaro levou o Brasil a níveis pré civilizatórios, com o arroz que antes de seu governo era praticado a 10 reais o pacote de 5kg chegando a custar 40 reais Segundo dados do CEPEA, preço registrado em setembro de 2020, onde o desabastecimento foi mais agudo.

É importante ressaltar a influência política por parte de quem controla a estrutura fundiária no Brasil, os latifundiários do Brasil contam com 251 deputados e 31 senadores, que legislam em favor do agronegócio, do perdão da grilagem, do desmatamento e do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. E pela concentração de terras em poucas mãos, fora o acima mencionado poder político também fazem do preço do alimento ser praticamente um oligopólio no Brasil, que tem um atraso secular na questão da reforma agrária que traria um equilíbrio na oferta de grãos.

Tem sido constantemente divulgado o papel da agricultura familiar no abastecimento de comida no Brasil, porém estes em sua maioria estão submetidos ao mesmo pacote agrícola dos pequenos, que diminui tanto a qualidade dos alimentos quanto a margem de lucro, deixando o posseiro sempre a uma safra ruim de perder sua terra.

E, apesar desse papel fundamental da agricultura familiar, vemos que o Brasil perdeu parte da lavoura de alimentos para o agronegócio, pois tem sido mais rentável para essas famílias ou venderem as suas terras ou também produzirem soja e milho para a exportação, sem incentivos estatais e programas de aquisição de alimentos substanciais o caminho é o agravamento dessa substituição de lavouras de alimentos por commodities.

Que é a base da civilização relegada às forças de mercado presenciamos a barbárie e a carestia em um nível abjeto, grande parte da população brasileira passou por algum tipo de insegurança alimentar, isso representa milhões de pessoas como a insegurança alimentar grave atingiu ao todo milhões de brasileiros, segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perceber que a partir destes dados e análises, que o presidente Bolsonaro, eleito no período de enfoque, não conseguiu realizar a erradicação da pobreza no país, ao contrário disto ocorreu um aumento significativo e retrocessos sociais. Considerando que a pesquisa ocorreu durante um período pandêmico e diversas questões políticas, econômicas e sanitárias se agravando. Porém evidenciando também que o cenário anterior a Bolsonaro era de recessão, recrudescimento da luta de classes, cortes em programas sociais e, mesmo no governo do PT, nenhuma mudança estrutural na formatação do capitalismo brasileiro.

É facilmente demonstrável que historicamente no Brasil existe uma situação estrutural de violação dos direitos humanos por parte de empresas, manifestando-se nodesmatamento da Amazônia, no racismo dentro e fora do local de trabalho, na disparidade de gênero nos salários das mulheres, na mineração em terras indígenas e nos arrendamentos de terras, na informalidade do mercado de trabalho, onde uma grande parcela dos trabalhadores não têm seus direitos trabalhistas respeitados pelas empresas, e nos grandes projetos de investimento, como as barragens, que causam diversos impactos, destruições e mortes de centenas de milhares de pessoas no Brasil.

A Oxfam Brasil acompanhou a discussão sobre a Reforma Tributária, em particular a PEC 45/2019. O novo texto trouxe algumas mudanças que foram analisadas pela Oxfam Brasil e seus parceiros, com foco especial na redução das desigualdades. A organização apontou a necessidade de aprimorar as previsões relacionadas à desoneração de produtos da

cesta básica e incluiu no debate os objetivos de redução da desigualdade de renda, raça e gênero.

A imensidão da pobreza no país causa sofrimento, e essa desigualdade não se limita apenas à diferença entre as classes subalternas e a burguesia. Existe um abismo nas diferenças entre homens e mulheres, negros e brancos, não apenas em termos salariais, mas também em relação ao racismo e machismo. Reduzir essas desigualdades é fundamental para que todos tenham acesso a direitos básicos, como saúde, educação e moradia. No entanto, é importante ressaltar que, dentro do modo de produção capitalista, existem limites claros, e esse ideal de política pública precisa ser aprimorado, pois os direitos são muitas vezes focalizados e sucateados.

O aumento da desigualdade de renda ocorreu após um período marcado por causas de caráter conjuntural e caráter estrutural. A conjuntura pós impeachment foi marcada por medidas de austeridade, neoliberais, pandemia sanitária e instabilidade política. O que gerou um grave aumento do desemprego no Brasil, que praticamente dobrou. Em um país com mais desempregados, é comum observar um aumento da base da pirâmide social com menor renda. As populações dessa base da pirâmide tendem a perder seus empregos e ver suas vidas precarizadas em comparação com às pessoas que estão no topo da pirâmide.

Para efeito comparativo, segundo o IBGE milhões de pessoas entre 2019 a 2022 perderam seus postos de trabalho, desses que perderam esses postos foram mulheres, no mesmo período, segundo a OXFAM o Brasil teve 10 bilionários e segundo o Credit Suisse milionários a mais no Brasil.

Os empregos com vínculos mais frágeis e autônomos, que variam significativamente de acordo com as flutuações do mercado, são predominantemente encontrados em setores como construção civil, serviços domésticos e setor de serviços em geral. Essa conjuntura favoreceu o aumento da redução da renda na base da pirâmide social. Ao mesmo tempo, a oferta de infraestrutura social em saúde, assistência, moradia e educação, por meio desses investimentos, poderia ser sustentada ao longo do tempo, elevando permanentemente a população da linha da pobreza para uma espécie de classe média.

O Brasil, ao longo do tempo, conseguiu afastar parte da população da pobreza, porém, não conseguiu promover uma real mobilidade social sustentável ao longo do tempo. É importante refletir que as conquistas alcançadas acabaram se mostrando insuficientes e frágeis, não proporcionando uma transformação significativa a longo prazo.

O efeito do sistema tributário brasileiro pode ser considerado perpetuador da desigualdade. Em outros países, o sistema tributário é um instrumento fundamental para diminuir a disparidade social. A abordagem fiscal realizada pelo Estado deveria ser progressiva, ou seja, cobrar mais daqueles que possuem mais recursos para direcionar esses recursos de maneira a tornar a sociedade menos desigual.

No Brasil, essa proposta não funciona e, ao contrário, o sistema drena recursos da vida dos pobres para entregá-los aos ricos, sendo um sistema perverso. O imposto de renda, por exemplo, da pessoa física começa sendo progressivo, mas a partir de certo ponto, a renda torna-se regressiva. Desta forma, há um fato perverso e invisível que a população muitas vezes não percebe: o Brasil possui uma das maiores cargas tributárias indiretas do mundo.

Essa percepção não é facilmente evidente, mas tudo que é consumido, principalmente veículos, contém impostos. Portanto, qualquer produto que o pobre consome tem o mesmo valor absoluto que o rico, mas proporcionalmente é muito diferente. O sistema tributário no Brasil, em relação à taxa sobre o patrimônio, é baixíssimo, e o imposto territorial rural é quase inexistente. Isso é resultado da desigualdade do sistema político, pois o sistema fiscal tributário é moldado por políticas.

Com a análise da representação da sociedade nas Assembleias dos Poderes Executivo e Legislativo, nota-se que são representados principalmente pelos que estão no topo da pirâmide, ou seja, a burguesia. Eles formulam políticas e estabelecem um sistema fiscal tributário que beneficia a classe dominante, sobrecarregando a classe menos favorecida no sistema capitalista.

Dessa forma, considerando outra alternativa crucial para reduzir as desigualdades, destaca-se a educação. A população negra no Brasil apresenta níveis educacionais abaixo em comparação com a população branca. Em particular, no que diz respeito às desigualdades de renda e salários entre grupos raciais, a disparidade educacional é evidente, mesmo com as políticas de cotas que têm proporcionado maior acesso da juventude negra às universidades. No entanto, ainda é insuficiente, e há uma falta de convergência nos níveis de formação, resultando em muitos profissionais negros com formação superior que não estão exercendo suas profissões.

É notável perceber que muitos jovens entre 25 e 30 anos, recém-formados em cursos superiores, estão trabalhando fora de suas especialidades. Profissões como professores, engenheiros e farmacêuticos, em sua maioria, encontram-se em empregos informais, atuando como motoristas de aplicativos de transporte ou em setores completamente distintos de suas

áreas de formação. Este é um grupo que não é devidamente recompensado pela educação que alcançaram, caracterizando uma situação massificada.

Considerando a questão de gênero, especialmente para as mulheres, observa-se a existência de políticas que colocam o trabalho doméstico como um "teto de vidro" para elas. Esse teto social também se manifesta em outras áreas, como violência, racismo e educação. As mulheres, independentemente de serem negras ou brancas, muitas vezes são direcionadas para o trabalho doméstico, resultando em disparidades salariais significativas.

Pode-se considerar que as mulheres enfrentam barreiras significativas no mercado de trabalho, como a barreira dela ser “liberada” ou se “libertar”, culturalmente dizendo, dado que conjuga as funções de ter que cuidar dos filhos, dos idosos, ou gastar horas administrando a casa, impedindo-as de avançar em suas carreiras. As políticas que visam fortalecer a licença parental e estabelecer cotas para garantir a paridade de gênero em cargos públicos são estratégias para combater essa desigualdade.

As desigualdades no Brasil abrangem uma grande questão, especialmente considerando que metade da população brasileira é negra e parda, e as mulheres representam um contingente um pouco maior. A normalização desse cenário, com um contingente menor de mulheres nos espaços públicos e no mercado de trabalho, reflete um estágio anterior do país que precisa ser questionado. Essa situação sugere um regresso na síntese civilizacional, indicando uma aceitação ao retrocesso no país.

A economia brasileira é considerada de renda média, e o desafio que se destaca em meio à gigantesca desigualdade é a resistência a políticas redistributivas, que são erroneamente apontadas como empobrecedoras para o país. Na realidade, instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) reconhecem que um país com muitas desigualdades, como o Brasil, necessita de crescimento aliado à redistribuição para fortalecer a base e criar uma economia mais robusta.

A exploração¹ que estamos vivenciando é em níveis semelhantes à do século XVIII, sendo a ideologia política e econômica dominante, com o neoliberalismo sendo caracterizado pela defesa do livre mercado, da redução do Estado e a privatização dos serviços públicos.

No Brasil, nas duas últimas décadas, o neoliberalismo teve um grande impacto e resultou em mudanças nas leis, principalmente na precarização das condições de trabalho.

¹ Democracia é o instrumento político que protege os direitos civis contra a tirania, que assegura os direitos sociais contra a exploração e que afirma os direitos públicos em oposição ao rent-seeking. Burocracia é a instituição administrativa que usa, como instrumento para combater o nepotismo e a corrupção, dois traços inerentes à administração patrimonialista – os princípios de um serviço público profissional e de um sistema administrativo impessoal, formal e racional (Pereira, 2006, p. 26).

Em 1998, a Emenda Constitucional número 20 permitiu a flexibilização dos direitos trabalhistas, e em 2017, a reforma trabalhista possibilitou, entre outras coisas, a redução do salário, a diminuição da estabilidade do emprego e o aumento da jornada de trabalho.

Considerando a conjuntura a respeito da exploração do trabalho e suas consequências pautadas, por Marina Barbosa Pinto:

O contexto atual do capitalismo no Brasil traz a unidade da classe dominante, assentada numa condição objetiva dada pelo imbricamento do capital financeiro e produtivo, muitas vezes sendo concentrado nas mesmas famílias que também mantêm suas ações em monopólios e oligopólios fora do país. Assim, os interesses entre estas guardam poucas contradições, o que torna o projeto estratégico de superexploração da força de trabalho combinado à apropriação privada do fundo público um objetivo comum e facilmente aplicado (Pinto, 2017, p. 7).

Abordando a questão da fome no meio pandêmico, sabe-se que a COVID-19 causou diversos estragos em várias vidas, mas nem todas as pessoas foram afetadas da mesma maneira. A pandemia expôs, alimentou e aumentou as expressões da questão social. Devido ao maior risco ao vírus da COVID-19, ficou claramente evidenciado as diferenças entre a população mais paupérrima, sendo arrastada para a miséria. Isso ocorreu devido à perda e/ou comprometimento de suas rendas, aumentando a insegurança alimentar.

A fome é uma das representações das injustiças sociais mais cruéis e sabemos que atinge de forma mais contundente setores historicamente marginalizados na sociedade. Os acontecimentos ocorridos a partir de 2016 e agora a pandemia, aprofundaram ainda mais as desigualdades econômicas e sociais no Brasil. A pesquisa “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, realizada pela Rede PENSSAN, é essencial nessa conjuntura, pois nos mostra a gravidade dos retrocessos causados pela superposição das múltiplas crises e seus impactos na Segurança Alimentar. É alarmante que a situação de insegurança alimentar grave e fome tenham voltado aos patamares de 2004. Esperamos que esse estudo possa contribuir para criar consciência da situação, para promover um debate baseado em evidências e com isso desenvolver e retomar políticas que levem à erradicação da fome e das desigualdades (Rede PENSSAN, 2021, p. 5).

Durante este período, as questões de raça, gênero, população em situação de rua, povos indígenas e quilombolas aumentaram seus níveis de vulnerabilidade, enfrentando maiores riscos de contaminação e morte pelo vírus. Para lidar com essas desigualdades, os governos precisam enfrentar as expressões da questão social e combater efetivamente o racismo e o sexismo. É crucial concentrar a discussão em um novo sistema de produção, pois o modo de produção capitalista não condiz com estratégias que promovem a emancipação humana. Portanto, é necessário compreender a origem da relação de forças nas quais a

burguesia, sendo a mais forte e possuidora dos meios de produção, explora o trabalho do proletariado, a classe social mais fraca e possuidora apenas de sua força de trabalho, expropriada pela burguesia.

O avanço na redução das desigualdades no Brasil estagnou, dando lugar a retrocessos significativos. A distribuição de renda parou de melhorar, a pobreza ressurgiu com força e as conquistas na equiparação salarial entre homens e mulheres, assim como entre negros e brancos, retrocederam. Essas regressões são inaceitáveis em um país onde a maioria da população é composta por pobres, negros e mulheres. Além disso, tais desigualdades, seja de renda, raça ou gênero, são reforçadas e retroalimentadas por um sistema tributário injusto, que taxa mais pesadamente aqueles que têm menos.

A pandemia de covid-19 evidenciou e agravou as desigualdades sociais no Brasil, revelando um cenário de profunda disparidade que não afetou todos da mesma forma. A análise da Oxfam Brasil destaca que o país figura entre os dez mais desiguais do mundo, manifestando várias expressões da questão social. A insegurança alimentar, em um país capaz de produzir seus próprios alimentos, coexiste com a persistente ameaça da fome, uma realidade que perdura há décadas.

No cenário pandêmico e no período do último período estudado de 2019 a 2022, em nível nacional, deve-se repensar as respostas estatais assegurando condições dignas de vida e trabalho, para assim realizar a minimização das misérias sociais. A intervenção estatal, contraditória e atrelada aos interesses da ordem burguesa, são consolidados através da focalização e ações com características filantrópicas, estiveram no sentido contrário da consolidação de políticas sociais universais e permanentes que combatesse a desigualdade e a informalidade, mas também fugiram do caráter ultra neoliberal do Governo Federal de desmonte ofensiva sobre a Política de Assistência Social.

Desse modo, a informalidade, a pobreza e os empregos seguirão, tendencialmente, permanecerão estruturalmente enquanto mecanismo da ofensiva do capital na contemporaneidade, principalmente nas regiões mais pauperizadas. Enquanto houver o capitalismo, haverá os pauperizados pois são necessários para manter a ordem. A história de origem da pobreza no capitalismo revela o pauperizado desde de sua constituição com a acumulação primitiva.

Com a criticidade da profissão enquanto graduanda de serviço social, considero que o avanço a outra socialidade é o caminho mais justo e igualitário às grandes massas que sobrevivem a misérias. Desvelar esse movimento real e atual é imprescindível para o Serviço

Social, que tem como matéria prima a questão social. para tanto, precisa ser crítico, criativo, reflexivo, inquieto no aspecto de uso da pesquisa para avanços, e prospectivo, a fim de contribuir para o enfrentamento das expressões da desigualdade social, em sua mais diversas mazelas, entendendo que a realidade está sempre em movimento.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Maria. **O desmonte da Conab e a política agrícola suicida do governo Bolsonaro. (sub) Política atinge drasticamente o meio ambiente, a agricultura familiar e o abastecimento e prejudicará até o agronegócio.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/16/artigo-o-desmonte-da-conab-e-a-politica-agricol-a-suicida-do-governo-bolsonaro>. Acesso em: 17 nov. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **A era da informatização e época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** In: ANTUNES, Ricardo (Org). Riqueza e Miséria Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

APUTI, Leslie; MOREIRA, Talles Willyan Fornazier. Os impactos das contrarreformas na formação e exercício profissional em Serviço Social. **Revista Conexões Geraes**, v. 3 n. 9, p. 22-27, 2017.

Balanço 2020 & Perspectivas 2021. Unidade de Estudos Econômicos. Sistema FIERGS, Rio Grande do Sul, 2020.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Assistência Social a pandemia da covid-19: proteção para quem?** Serviço Social Sociedade, São Paulo, n. 140, p. 66-83, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006.

BELIK, W.; SILVA, J. G. da; TAKAGI, M. **Políticas de combate à fome no Brasil.** São Paulo, v. 15, n. 4, p. 119-129, 2001.

BLUME, Bruno André. O que é o teto de gastos públicos? Entenda a regra. **Politize.** Disponível em: <https://www.politize.com.br/teto-de-gastos-publicos/>. Acesso em 08 de outubro de 2023.

BOSCHETTI, Ivanete. **Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017.

BRAGA, Virna. Pobreza e Assistência Pública e Privada em Minas Gerais (1888-1923). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**, São Paulo, 2011.

CARLEIAL, Liana. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos avançados**, v. 29, p. 201-214, 2015.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. **Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira.** Florianópolis, 2021.

CASSIN, Márcia da Silva Pereira. Dependência Ultraliberalismo: às políticas sociais Brasil pós-golpe de 2016. **Temporalis**, Brasília, v.22, n.43, p. 17-33, jul. /dez. 2022.

CISNE, Mirla; CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira; ARAÚJO, Luciene. “Renovação” do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora. **Libertas**, v. 20, n. 2, p. 307-327, 2020.

COLIN, Denise; TAPAJÓS, Luziene Maria de Souza. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS**, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.

CRUZ, S. M; NUNES, E. A. **A FOME: UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA**. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília (DF), 2019.

David Harvey; Ermínia Maricato; Mike Davis; Ruy Braga. **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Coleção Tinta Vermelha. 1º Edição. Apoio: Fundação Rosa Luxemburgo. Selo: Boitempo, 2013.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo social**, v. 15, p. 63-101, 2003.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. **A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina**. V Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, UNICAMP, 2007. Disponível em: https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf. Acesso em: 24 out. 2023.

SCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FIGUEIREDO, Rubens; COUTINHO, Ciro. A eleição de 2002. **Opinião pública**, v. 9, p. 93-117, 2023.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio. Mercado de terra, commodities boom e land grabbing no Brasil. **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**, v. 1, p. 20-38, 2017.

FRANÇA, K. A. **Nutricídio: A relação entre a indústria da pecuária e a produção da fome no Brasil**. EcoDebate, 2021.

FUNDAÇÃO SEADE. Atlas Seade da Economia Paulista. **São Paulo no Mundo**, 2014. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/atlasecon/intro/cap1_intro.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Brasília, 2023. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-super-281-4-mil-pessoas-no-brasil>. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

LEÃO, André Pimentel Ferreira. *Política Externa Brasileira para a América do Sul: Uma análise comparada entre os primeiros mandatos dos governos Lula e Dilma*, 2016.

LIMONGI, Fernando. Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática. *Novos estudos CEBRAP*, p. 187-197, 2012.

MARX, K. **A assim chamada acumulação primitiva**. In: *O capital: Crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTEI, Lauro Francisco. Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza. *Revista Katálisis*, v. 22, p. 57-65, 2019.

MIRANDA, Hingrid; SANTOS, Regina. Cadastro único e os direitos socioassistenciais no contexto da política de assistência. *Universidade Potiguar*, 2022.

MORENA, Socialista Arte e Política. **Os 20 centavos e a indignação da esquerda com o abandono de bandeiras pelo PT**. MENEZES, Cynara, 2013. São Paulo. Disponível em: <https://www.socialistamorena.com.br/os-20-centavos-e-a-indignacao-da-esquerda-com-o-abandono-de-bandeiras/>. Acesso em: 13 de agosto de 2023.

NERY, Carmen. **Em 2020, primeiro ano da pandemia, PIB recua em 24 das 27 UFs**. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35501-em-2020-primeiro-ano-da-pandemia-pib-recua-em-24-das-27-ufs>. Acesso em: 15 de novembro de 2023.

NETTO, Ricardo Borges Gama. Plano real, privatização dos bancos estaduais e reeleição. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, p. 129-150, 2011

NOTÍCIAS, Agência IBGE. **Em dezembro, a taxa de desocupação ficou em 4,3% e fecha 2014 com média de 4,8%**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019 Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1XoHMs9NWgL-2gvjTkr2q04Q2lZ1XO8-Ed436YgTtosk/edit>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

NOVAES, André. Consenso de Washington: crise do Estado Desenvolvimentista e seus efeitos sociais—um balanço crítico. *Ensaio*, p. 8-22, 2008.

OLIVEIRA, Luiz Ademir de; MIRA, Gustavo Fernandes Paravizo. **As estratégias de construção da imagem de Aécio Neves no PPG e no HGPE em 2014 e 2015**. Juiz de Fora, p. 25-45, 2016.

OLIVEIRA, E. A. Superpopulação relativa e “nova questão social”: um convite às categorias marxianas. **Revista Katális**, v. 13, m. 2, p. 276-283, 2010.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto. **O sistema tributário brasileiro: evolução, distorções e os caminhos da reforma (1891-2017)**. A reforma tributária necessária: diagnósticos e premissas. Brasília: ANFIP, p. 112-129, 2018.

OLIVEIRA, Renata Peixoto. A debacle da nova república brasileira: da desilusão ao encerramento de um ciclo democrático. **Revista Espirales**, v. 2, n. 3, p. 25-42, 2018.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, p. 219-232, 2010.

PAIVA, Beatriz Augusto de; MATTEI, Lauro. **Notas sobre as políticas sociais no Brasil: a primeira década do século XXI**. IN: Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 175-194, 2009.

PENSSAN, Rede. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em 27 ago. 2023.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**. São Paulo, Editora 34, 1996.

PFEIFER, Mariana. O "social" no interior do projeto neodesenvolvimentista. **Serviço Social & Sociedade**, p. 746-766, 2014.

PINTO, Marina Barbosa. O Brasil na era dos desmontes da “coisa pública”. **Revista Conexões Geraes**, v. 3 n. 9, p. 6-9, 2017.

ROTTA, Arthur Augusto; PERES, Paulo. Impeachment: história e evolução institucional. **Revista Direito GV**, p. 17, 2021.

SILVA, Edson Rosa Gomes da; OLIVEIRA, Thiago Paulo Silva de. Política e Planejamento Econômico - **Disciplina na modalidade a distância**, Santa Catarina, Editora – Livro Didático, p. 128-132, 2013.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. GURGEL, Claudio. **Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. São Paulo, Editora Cortez, 2016.

SOUZA, Luciana; NASCIMENTO, R.; FERNANDA, S. Nova Matriz Econômica e queda nas taxas de lucros: a política econômica e economia política entre 2011-2016. **Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política, Sociedade Brasileira de Economia Política. Rio de Janeiro, 2019.**

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; HECKSHER Marcos; OSORIO, Rafael G.. **UM PAÍS NA CONTRAMÃO: A POBREZA NO BRASIL NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS.** Editorial: Nota Técnica – Disoc. Editora: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Edição 1ª. Brasília, 2022.

VICCARI, Eunice Maria. **Assistência Social como direito universal: entre a concepção teórica e a provisão.** Porto Alegre, p. 100-119, 2008.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F.; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo social**, v. 15, p. 31-61, 2003.

Zimmermann, Clovis Roberto; CRUZ, Danilo Uzêda da. Políticas sociais no Governo Bolsonaro Entre descasos, retrocessos e desmontes. Buenos Aires: CLACSO, abril de 2022.